

Acção Socialista



N.º 1343 5 Fevereiro 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA A HELENA ANDRÉ
MINISTRA DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

“Código Contributivo é o maior instrumento de combate à precariedade”

“A obrigação do Governo é apoiar a economia a manter o emprego e proteger quem perde o seu posto de trabalho”, afirma Helena André, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, considera muito negativa a suspensão por um ano da entrada em vigor do Código Contributivo, que diz ser “o maior instrumento de combate à precariedade implementado no nosso país”. A ministra do Trabalho e da Solidariedade Social sublinha ainda que devido à reforma desenvolvida nos últimos anos, temos hoje “uma Segurança Social pública, sólida e capaz de responder à crise”.



2



ENTREVISTA A ANDRÉ FIGUEIREDO
SECRETÁRIO NACIONAL ADJUNTO PARA A ORGANIZAÇÃO

“Líder do PS não tem limitação de mandatos”

O PS desde 2004 até ao ano que agora se inicia “quase duplicou o número de militantes”, afirma André Figueiredo, que considera José Sócrates como um dos principais responsáveis por este facto, já que,

frisa, “é um dos secretários-gerais que mais vezes reúne com as bases do partido”, sublinhando que “o PS foi o único partido que se abriu, claramente, à sociedade civil e que continua com esse objectivo”.

14

Orçamento 2010

Ministro das Finanças apresentou proposta de confiança e rigor

4

Debate do DFMS/FAUL
Políticas não discriminatórias mudam mentalidades



17

Cem dias de Governo
Relançamento da economia e apoio ao emprego foram as principais prioridades



20

Colaboram nesta edição

Luís Miguel Ferreira
Miguel Laranjeiro
Horácio Antunes
Miguel Freitas

Suplemento dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu



MINISTRA DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL, HELENA ANDRÉ

“Código Contributivo é o maior instrumento de combate à precariedade”

“A obrigação do Governo é apoiar a economia a manter o emprego e proteger quem perde o seu posto de trabalho”, afirma Helena André, sublinhando ser “muito importante garantir condições para que todas as empresas, incluindo as pequenas e as micro, possam manter os postos de trabalho”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, a ministra do Trabalho e da Solidariedade

Social diz que encara “negativamente” a suspensão por um ano da entrada em vigor do Código Contributivo, que considera “o maior instrumento de combate à precariedade implementado no nosso país”, e assegura que continuamos a manter, graças à reforma desenvolvida nos últimos anos, “uma Segurança Social pública, sólida e capaz de responder à crise”.

Quais as linhas-mestras e objectivos centrais das 17 novas medidas de combate ao desemprego, inseridas na Iniciativa Emprego (IE)2010?

São três os eixos em torno dos quais se desenvolvem as medidas inseridas na IE 2010: inserção de jovens no mercado de trabalho, manutenção e promoção do emprego.

No domínio da inserção dos jovens no mercado de trabalho, são reforçadas as medidas de estágios profissionais e são criados dois novos programas: o Inov-Social e um programa específico para jovens detentores de cursos profissionais ou tecnológicos de nível secundário. É fundamental possibilitar aos jovens com qualificações o acesso a estágios profissionais, em contexto real de trabalho, que promovam e reforcem as suas competências socioprofissionais e que estimulem o processo de inovação, modernização e reforço da capacidade das próprias empresas que podem, posteriormente, beneficiar de apoios à contratação destes jovens.

As medidas que visam a manutenção dos postos de trabalho traduzem-se, por um lado, no reforço do Programa Qualificação Emprego – que vai ser alargado a sectores de actividade económica que sofreram uma forte redução da procura, como o têxtil e vestuário e as madeiras e mobiliário, por exemplo, ou que apresentam uma elevada sazonalidade, como o turismo – e, por outro, no apoio às empresas, através da redução da taxa contributiva para a Segurança Social. É muito importante garantir condições para que todas as empresas, incluindo as pequenas e as micro, possam manter os postos de trabalho.

A promoção do emprego conta com dois tipos de medidas: as que visam o apoio à contratação – através de isenções de pagamen-

tos à Segurança Social – e as que incentivam o empreendedorismo e a criação do próprio emprego, através do reforço de linhas de crédito específicas e bonificadas para o efeito.

Em síntese, a Iniciativa Emprego 2010 reúne um conjunto de medidas excepcionais, para fazer face a uma crise de dimensões também excepcionais e que envolvem, durante o ano de 2010, um grande investimento financeiro a par de um esforço renovado dos serviços que têm a seu cargo a execução das políticas de emprego. Os grandes objectivos prendem-se com a necessidade de incentivar, mais, de contribuir seriamente para a estabilidade laboral, de estimular a inovação, o empreendedorismo e a criação de emprego de qualidade.

Do seu ponto de vista, qual deve ser o papel dos parceiros sociais no combate ao desemprego?

Os parceiros sociais têm de ter um papel activo no combate ao desemprego. Têm ao seu dispor um instrumento fundamental, que permite fazer as adaptações necessárias e negociadas às alterações conjunturais do mercado de trabalhos decorrentes da redução da actividade económica. A negociação colectiva não deve ser só usada para discutir salários. Cada vez mais deve potenciar a negociação dos equilíbrios entre flexibilidade e segurança, sendo ambas necessárias a empregadores e trabalhadores. O Governo tem a responsabilidade de facilitar o trabalho dos parceiros sociais e na actual crise tem-no feito. Por exemplo, quando alguns criticam as taxas de execução de algumas das medidas do Plano Iniciativa Emprego 2009 esquecem, de uma forma algo deselegante, que o Governo não é o único responsável pela implementação destas medidas. Tal como também

é bom lembrar que o Governo está e esteve sempre receptivo às propostas que os parceiros sociais acharem por bem apresentar para um combate tão importante e tão complexo de travar como é o do desemprego. Agora o que não podemos aceitar é que a pretexto da crise e do desemprego se ponham em risco os equilíbrios alcançados na anterior legislatura, nomeadamente em matéria de legislação laboral ou de sustentabilidade da segurança social.

Se a crise internacional se mantiver que novas medidas poderão ser tomadas para contrariar este cenário de crescimento do número de desempregados?

A obrigação do Governo é apoiar a economia a manter o emprego e proteger quem perde o seu posto de trabalho. A redução do desemprego está intimamente ligada com a recuperação económica, não só em Portugal, mas também nos países com os quais temos relações económicas privilegiadas. Acreditamos que o reforço das medidas extraordinárias incluídas na Iniciativa Emprego para 2010 responde de forma eficaz ao que ainda é, afinal, um cenário de baixos níveis de crescimento económico com consequências negativas claras sobre os níveis de emprego. A maior parte das medidas visa, aliás, a manutenção do contacto com o mercado de trabalho, a promoção da contratação e a manutenção dos postos de trabalho e não se baseia na mera subsidiação do desemprego. O desejo do Governo é que o maior número possível de pessoas que perderam o seu emprego não se afaste por muito tempo do mercado de trabalho, evitando que percam as suas competências e qualificações e que se tornem desempregados de longa duração. Para isso é fundamental a acção dos centros de emprego e

a sua capacidade em adequarem cada vez mais a oferta e a procura de mão-de-obra. Não é aceitável que coexista penúria de mão-de-obra em determinados sectores e regiões e números tão elevados de desemprego.

Sabemos também que os números do desemprego nunca reflectem aquilo que é a realidade imediata, sendo desfasados no tempo por um período de tempo considerável. Mas estou confiante de que a tendência de aumento vai começar a inverter-se.

O que significa observar os dados do desemprego com um “olhar refrescado”, como declarou no debate parlamentar do dia 20 de Janeiro?

Não restam dúvidas que na Assembleia da República o pessimismo e o desalento tomaram conta do discurso de algumas bancadas parlamentares. Naturalmente que a situação do desemprego em Portugal é grave e que as pessoas que estão, infelizmente, nesta situação, precisam de apoio e de respostas. Agora, também é verdade que olhar para os números e só ver o que se quer, quando o que se quer é negro e pessimista, também não é razoável, para além de não contribuir para criar nenhum posto de trabalho e reduzir a confiança dos portugueses e das portuguesas. Os últimos indicadores dão-nos alguns sinais que nos permitem ter esperança de que o pior já passou. Há sinais de recuperação económica, tímidos é certo. E há, também, sinais nos dados de desemprego que nos permitem ter uma perspectiva um pouco mais optimista. Por exemplo, se olharmos para a quebra de 1,5% no número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego entre Novembro e Dezembro de 2009, ou para o decréscimo de 0,1% verificado na taxa de desemprego dos jovens, colocando

Portugal dois pontos abaixo da média, não há dúvida que estamos perante dados animadores.

Em matéria de formação profissional há novas políticas activas para o emprego?

No âmbito das medidas extraordinárias apresentadas pelo Governo, o Programa Qualificação-Emprego vai ser renovado e passará a abranger, para além do sector automóvel, outros sectores com maior exposição à crise económica e à sazonalidade – como os do têxtil e vestuário, do turismo, do mobiliário e do comércio – utilizando as situações de redução da actividade das empresas e os contratos de trabalho intermitentes – respeitando integralmente os termos do Código do Trabalho – para promover a qualificação dos trabalhadores. Estamos certos de que, no momento da retoma económica, a capacidade competitiva das empresas que apostaram no desenvolvimento das competências dos seus trabalhadores e trabalhadoras será muito maior.

Como comenta o discurso pessimista da oposição sobre os esforços que o Governo tem feito, designadamente para aumentar os apoios à manutenção e promoção do emprego?

O discurso da oposição é pessimista, mas a verdade é que se não fossem os apoios do Governo, nomeadamente os que são dados através dos programas Iniciativa Emprego, a situação do emprego em Portugal estaria incomparavelmente pior. É claro que ainda há coisas a melhorar, nomeadamente na área da divulgação das medidas junto dos potenciais beneficiários, quer ao nível das empresas, quer dos trabalhadores e trabalhadoras. Ainda assim, em 2009, mais de 200 mil pessoas beneficiaram de medidas de apoio à manutenção



do emprego e outras 200 mil pessoas foram abrangidas por medidas activas de emprego destinadas ao apoio à integração no mercado de trabalho, das quais cerca de 100 mil se devem a medidas excepcionais incluídas na Iniciativa Investimento e Emprego 2009 e as restantes 100 mil a medidas pré-existentes. Seria interessante que a oposição reconhecesse que aqui estamos claramente a falar de pessoas e não de meros números.

Qual a actual situação da Segurança Social pública nesta conjuntura de forte desemprego e fraco crescimento económico?

A Segurança Social tem cumprido o seu papel, nomeadamente pelo reforço dos apoios garantidos aos desempregados, assim como na concessão de incentivos à manutenção e criação de emprego.

No quadro do apoio aos desempregados o Governo promoveu, de forma excepcional e por período temporário, o prolongamento em seis meses do prazo de concessão do Subsídio Social de Desemprego aos beneficiários que esgotem o prazo de atribuição em 2009 e 2010. Reduziu-se ainda, de 80% do IAS (Indexante dos Apoios Sociais) para 110% do IAS, a condição de recursos do Subsídio Social de Desemprego, assim como será reduzido em 2010 o prazo de garantia para acesso ao Subsídio de Desemprego.

Ainda assim, e pese embora o conjunto de medidas adoptadas, assim como pela evolução particularmente desfavorável das

“O discurso da oposição é pessimista, mas a verdade é que se não fossem os apoios do Governo, nomeadamente os que são dados através dos programas Iniciativa Emprego, a situação do emprego em Portugal estaria incomparavelmente pior”

contribuições e de certas rubricas da despesa (prestações de desemprego) pode afirmar-se que se encontra assegurado o equilíbrio financeiro da Segurança Social, seja a curto prazo, seja a médio e longo prazo. Continuamos a ter, graças à reforma da Segurança Social, um sistema público, universal, solidário e sustentável com umas finanças públicas fora do grupo de alto risco.

Assim, e mesmo tomando em consideração os efeitos decorrentes da crise internacional, a Segurança Social apresentou em 2009 um saldo positivo em contabilidade pública de aproximadamente 560 milhões de euros.

Como vê as investidas da oposição em matéria de Segurança Social, designadamente no que respeita ao subsídio de desemprego e protecção de certos grupos de trabalhadores?

Percebemos bem o drama que

é a situação de desemprego para muitos milhares de famílias, por isso já aprovámos a melhoria da protecção social em contexto de crise e temos um regime com fortes condições de protecção, em qualquer comparação internacional.

Não alinhámos em propostas que ponham em risco os equilíbrios globais e ponham a Segurança Social em risco, porque temos que poder responder hoje e amanhã.

Receia uma pressão sobre o sistema de segurança social?

A crise já se fez sentir na necessidade de canalizar mais recursos para a protecção social dos portugueses e das portuguesas. A crise não afectou os níveis de protecção, como noutros casos e noutros países onde a protecção social está dependente dos resultados das aplicações nos mercados financeiros.

Com a reforma que desenvolvemos nos últimos anos foi possível manter uma Segurança Social pública, mais sólida e capaz de responder à crise.

E temos um Fundo de Estabilização com largos recursos, que, apesar da crise, aumentaram em 2009 para aproximadamente 9.410 milhões de euros, que é uma importante garantia de sustentabilidade futura das pensões dos portugueses.

No actual cenário de crise económica, com reflexos inevitáveis a nível social, quais as principais respostas que estão a ser lançadas para acudir aos cidadãos e famílias mais vulneráveis e em situação ou risco de pobreza?

Medidas de apoio à criação de emprego e resposta às situações de desemprego, conforme já descrito.

Medidas de desenvolvimento da rede de equipamentos sociais, que apoiam as famílias, mas criam também muito emprego de qualidade.

Aumento para 475 euros da retribuição mínima mensal garantida, que protege as famílias trabalhadoras mais carenciadas.

Nos últimos anos, alargou-se a rede de protecção aos rendimentos das famílias, através do abono de família, com a criação do abono pré-natal e outras majorações no quadro do Abono (mais de 500 milhões de euros de apoio adicional) e alargamento de apoio a idosos (CSI – mais de 200 milhões por ano, quase 250.000 beneficiários).

Como encara e quais as consequências da suspensão por um ano da entrada em vigor do Código Contributivo?

Encaro negativamente. O Código Contributivo é um instrumento de combate à precariedade e à fraude e evasão contributiva.

Permite melhorar a protecção social dos trabalhadores por conta de outrem e independentes, fomentar a sã concorrência entre empresas e partilhar o custo da protecção social dos trabalhadores independentes com as empresas que os contratam. É o maior instrumento de combate à precariedade implementado no nosso país.

E, finalmente, resultou de dois acordos em sede de Concertação Social.

Tenho grandes dificuldades em compreender como é que aqueles que apregoam diariamente o combate à precariedade votaram a favor da suspensão da entrada em vigor de um instrumento que permitia justamente travar esse combate. Prestaram um mau serviço aos portugueses e às portuguesas.

Por tudo isto, é muito negativo o seu adiamento, e trabalharemos para repor a sua vigência no futuro.

Há algum desenvolvimento relativamente à protecção social dos pequenos empresários?

Esta matéria é complexa, não

existem muitas experiências internacionais efectivas, mas estamos ainda assim a avaliá-las, nomeadamente a recente reforma espanhola. Os estudos estão em curso, é prematuro adiantar algo mais sobre a matéria.

De que forma é que a sua vasta experiência no mundo sindical, nomeadamente a nível europeu, constitui uma mais-valia nestas novas funções de ministra do Trabalho?

A minha experiência negocial e de diálogo com os parceiros sociais, com as organizações da sociedade civil e com as instituições é certamente uma mais-valia. Mas para que haja diálogo e negociação eficazes e efectivos é fundamental que todas as partes em torno da mesa se empenhem de uma forma activa e empenhada na procura de respostas para a resolução dos nossos desafios comuns. Tem de haver uma postura pró-activa e não só reactiva, tem de haver uma partilha de responsabilidades, mesmo sabendo que as responsabilidades dos parceiros não são sempre iguais, tem de haver uma maior cultura de risco e de avaliação, incluindo de auto-avaliação. Quando negociamos não podemos esperar, nunca, ganhar tudo. Uma negociação bem sucedida é aquela em que todas as partes envolvidas avaliam o resultado como sendo equilibrado e, sobretudo, como trazendo benefícios para todos. É esta a minha experiência e é este o meu espírito.

Que balanço faz destes meses à frente do Ministério e quais as principais dificuldades que tem enfrentado?

Faço um balanço geralmente positivo. Conseguimos um avanço histórico com o aumento para 475 euros do salário mínimo nacional, implementámos alguns apoios sociais extremamente importantes no apoio aos desempregados neste momento de maior dificuldade e estou confiante de que a Iniciativa Emprego para 2010, onde investimos mais de 400 milhões de euros, vai dar um contributo muito importante para apoiar as empresas e os trabalhadores. Sou optimista por natureza e isso vejo com algum optimismo a evolução da economia nacional e internacional, condição para que se recomece a criar empregos. Espero que a União Europeia se una mais em torno do objectivo comum do desenvolvimento sustentado e que não caia na tentação do proteccionismo e do nacionalismo, o que traria resultados desastrosos.

Mas também tive os meus sabores, nomeadamente o adiamento da entrada em vigor do Código Contributivo, facto que adiara a implementação de medidas extremamente importantes, quer no combate à precariedade no trabalho e à falta de protecção social de muitos trabalhadores, quer na luta contra a evasão e fuga de contribuições para o sistema de Segurança Social.

Teixeira dos Santos apresenta Orçamento para a confiança e de rigor

“Prosseguir políticas que permitam a recuperação económica e uma consolidação orçamental que reduza o défice”, é um dos objectivos centrais da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2010, afirmou no dia 27 o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, na conferência de Imprensa que se seguiu à apresentação do documento na Assembleia da República.

J. C. CASTELO BRANCO

RIGOR, confiança, sensibilidade social e estímulos à economia são as palavras-chave do Orçamento que, segundo realçou Teixeira dos Santos, foi elaborado tendo em atenção “o momento que vivemos, marcado por uma crise económica e financeira que afectou todo o mundo e em particular os nossos parceiros na União Europeia”.

Falando no Ministério das Finanças onde traçou as linhas gerais do OE para 2010, Teixeira dos Santos afirmou que não haverá aumentos de impostos em 2010. “Não há aumento de impostos, concentraremos os nossos esforços na contenção e na redução da despesa, seguindo uma política financeira de rigor”, disse.

O ministro das Finanças referiu que os números estimados pelo Governo apontam para um défice de 15.366,2 milhões de euros no ano passado (9,3 %) e projecta ainda que o Estado deverá contrair um défice na ordem dos 13.954,4 milhões de euros este ano (8,3%).

“Em 2009 o défice das contas ficará nos 9,3% do PIB e para 2010 o Governo prevê um défice de 8,3%, o que exprime o esforço orçamental para fazer face à crise”, salientou.

Na sua intervenção, Teixeira dos Santos salientou que um dos objectivos do OE passa pelo relançamento da economia e pelo apoio às empresas e famílias, explicando que existem investimentos de “iniciativa pública sem incidência orçamental”.

Consolidar investimento em energias renováveis

O ministro das Finanças adiantou que o Governo pretende “consolidar o investimento nas energias renováveis, de forma a reforçar a autonomia energética do país”, bem como, assegurou, vão continuar os investimentos na modernização das escolas, em hospitais creches e outros equipamentos sociais, que são geradores de bem-estar social e de emprego.

O Orçamento do Estado, explicou ainda, vai apostar nos “investimentos de iniciativa pública, modernizadores, que promovem o emprego e reforçam a nossa competitividade”. O OE, acrescen-

tu, “quer reforçar a confiança no futuro comum”.

O governante disse ainda que haverá “selectividade e rigor” nos investimentos, adiantando que os custos com grandes obras públicas como o TGV e aeroporto “não terão expressão significativa no OE para este ano”.

Teixeira dos Santos salientou, por outro lado, que o Governo quer “aprofundar os incentivos fiscais à criação de emprego” e também “criar mecanismos de arbitragem para os conflitos na área fiscal, visando reforçar a protecção dos contribuintes”.

Equidade contributiva

No domínio fiscal, disse, para além dos apoios à economia, o OE tem como objectivo a “equidade”, adiantando que neste domínio o Governo “vai aumentar a tributação efectiva do sector financeiro”, e criar “uma tributação de 50% sobre os bónus recebidos por sócios e gestores de instituições financeiras”.

O ministro das Finanças anunciou ainda a eliminação do imposto de selo em várias operações efectuadas pelas empresas, de modo a “aliviar os custos de contexto”, bem como que “vai ser possível às empresas recuperarem o IVA de forma mais célere”.

O OE prevê ainda, frisou Teixeira dos Santos, estímulos à compra de veículos eléctricos. Assim, será dado um incentivo de 1500 euros para quem trocar carros ligeiros em fim de vida por um carro 100% eléctrico, valor acumulável aos 5000 euros dados a quem comprar um veículo eléctrico.

No que respeita à Função Pública, e no âmbito da consolidação das contas públicas, de forma a prosseguir o processo de redução do défice público, o ministro das Finanças anunciou que os trabalhadores do Estado vão ter os seus salários congelados este ano. “Irei propor aos sindicatos a não actualização de salários em 2010”, disse, acrescentando que “a crise assim o obriga”.

Por outro lado, adiantou, o Governo vai antecipar o fim do período de transição do regime da Caixa Geral de Aposentações para a Segurança Social, pelo que os funcionários públicos que se reformem



CALENDÁRIO DE APROVAÇÃO DO OE

10 e 11 de Fevereiro
Discussão na Assembleia da República do OE na generalidade

12 a 25 de Fevereiro
Audições sectoriais dos ministros

2, 3 e 4 de Março
Votação do OE na especialidade

12 de Março
Votação final global do OE

O PAÍS EM 2010

PIB	0,7%
Consumo privado	1%
Investimento.....	-1,1%
Exportações.....	3,5%
Importações	1,5%
Inflação	0,8%
Desemprego	9,8%
Défice público.....	8,3%
Dívida pública	85,4%

antecipadamente este ano contarão com uma penalização de 6%.

“O período de transição até 2014 de penalização das reformas antecipadas cessa este ano e será aplicado o regime vigente da Segurança Social nas reformas antecipadas”, disse o governante.

Os funcionários públicos que se aposentarem antecipadamente em 2010 sofrerão assim uma penalização de 0,5% ao mês e 6% por cada ano que anteciparem.

Ainda no âmbito da redução da despesa e racionalização dos serviços do Estado, o Governo quer manter o ritmo de redução de efectivos na Administração Pública, estimando para os próximos quatro anos uma nova diminuição de funcionários entre os 7,5 e os 10%.

Na proposta de Orçamento de Estado, mantém-se em 2010 a regra de contratação de um novo trabalhador em funções públicas por cada dois que saiam. Trata-se de uma medida que permitiu reduzir na última legislatura perto de 73 mil funcionários públicos.

A regra de contratação de um novo trabalhador em funções públicas por cada dois que saiam passa em 2010 a ser uma norma para toda a Administração Central e uma recomendação para todos os

organismos públicos.

Questionado sobre as estimativas do Governo para um novo ciclo de redução de funcionários na Administração Pública, Teixeira dos Santos avançou que “será desejável que seja na ordem dos 7,5 a 10 por cento”.

Recuperação económica de forma sustentada

Já o secretário de Estado, Gonçalo Castilho dos Santos, que participava também na conferência de Imprensa, explicou que esta meta foi conseguida “não à custa de despedimentos massivos”, mas sim graças “a uma redução inédita de recibos verdes” no Estado.

Segundo o governante, neste período, foram abertos vários concursos para acabar com os falsos recibos verdes na Administração Pública, fazendo do Estado um “bom exemplo” nesta matéria.

A finalizar a sua intervenção, o ministro das Finanças reiterou que o OE “quer reforçar a confiança no futuro comum”, através da “da coragem do Governo de definir metas de trabalho que permitam o processo de recuperação económica e reduzir o défice de forma sustentada”.

RECIBOS VERDES ELECTRÓNICOS

OS TRABALHADORES independentes vão poder emitir recibos verdes através da Internet, uma das políticas de diminuição de custos do contribuinte e de simplificação administrativa.

“A simplificação de procedimentos administrativos que importem diminuição crescente de custos de contexto para os contribuintes e desonerem o cumprimento das suas obrigações fiscais constitui um objectivo essencial do Governo para 2010”, refere o texto do OE.

Ainda no âmbito da simplificação administrativa, quem receber menos de 4104 euros anuais por trabalho dependente fica dispensado da entrega de declaração de rendimentos.

IRS

O OE introduz um novo prazo de reembolso do IRS, que passa para 20 dias a partir da liquidação, desde que seja efectuada por via electrónica. É uma forma de colocar dinheiro de volta mais cedo nos bolsos dos contribuintes e fazer circular a economia.

Os escalões de IRS foram revistos em alta, em linha de conta com as previsões de 0,8% para a inflação prevista em 2010.

IRC/IVA

AS EMPRESAS em dificuldades de tesouraria verão alargado o prazo de pagamento para as dívidas fiscais em processo de execução, de 60 para 120 meses, bem como vão poder compensar as dívidas ao fisco em fase de execução com créditos não tributários devidos pela Administração Pública.

É eliminado o imposto de selo sobre um vasto conjunto de transacções.

Os benefícios fiscais para a criação de emprego jovem passam a poder ser acumulados com incentivos em sede de Segurança Social.

JUVENTUDE

NAS POLÍTICAS dirigidas à juventude, destaque para os programas de promoção de emprego a recém-licenciados na Função Pública, autarquias e instituições de solidariedade social e os apoios a projectos empresariais de jovens.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

UM dos mais importantes instrumentos de combate à pobreza e exclusão social, o Rendimento Social de Inserção lançado pelo primeiro Governo de António Guterres, vai ver as suas condições de atribuição ser fiscalizadas semestralmente, no âmbito de um controlo mais reforçado a esta prestação social.

PME COM INCENTIVOS PARA ENTRAR EM BOLSA

AS PEQUENAS e Médias Empresas (PME) passarão a ter um regime fiscal especial para fomentar a sua entrada no mercado de capitais, de forma a reforçar e diversificar as suas fontes de financiamento.

Assim, segundo o Governo, ao dispersarem o seu capital em Bolsa, as PME têm mais hipóteses de desenvolver estratégias de inovação e internacionalização.

IMT

NO OE para 2010 a aquisição de apartamentos ou prédios destinados exclusivamente a habitação própria e permanente só é tributada a partir 90.419 euros, enquanto em 2009 o limite de isenção era de 89.700 euros. Ou seja, se o valor for inferior àquele valor, o comprador fica isento do pagamento deste imposto.

MELHOR SAÚDE

O OE dá sinais no sentido de melhorar ainda mais a política que vem sendo prosseguida de melhoria do acesso dos doentes aos medicamentos, nomeadamente através da abertura de farmácias em todos os hospitais que tenham serviços de urgência, na promoção dos genéricos, com vista a uma maior prescrição pelos médicos, e ainda a intenção de avançar com a venda de medicamentos por unidose.

Mantém-se também a aposta do Governo nos cuidados continuados e nas unidades de saúde familiar, e está prevista a duplicação das camas de cuidados paliativos, que passam de 118 para 237.

AUTOMÓVEIS

VAI acabar a dupla tributação na compra de automóvel, deixando-se de cobrar o IVA sobre o imposto sobre veículos. O Governo vai ainda conceder um incentivo de 1500 euros a quem trocar carros ligeiros em fim de vida por um carro totalmente eléctrico e dar 5 mil euros aos primeiros cinco mil cidadãos que adquiram um veículo eléctrico.

SCUT

PARA 2010, o Governo pretende realizar novos estudos que fundamentem a possível introdução de portagens em algumas SCUT. Prevê-se ainda efectuar uma revisão do modelo de financiamento da Estradas de Portugal.

APOSTA NO AMBIENTE

NA ÁREA do Ambiente, destaque para o montante destinado no OE para o programa Polis que aumenta 51%. Haverá um Polis dos rios e uma nova geração no litoral. Para além de uma nova lei dos solos e um observatório do ordenamento do território, a construção de novas barragens vai prosseguir, bem como a aposta nas energias renováveis.

FAMÍLIAS

A PROPOSTA de OE para 2010 apresenta um aumento de cinco euros do tecto máximo do benefício fiscal na habitação. Desta forma, as famílias passam a poder deduzir à colecta 30% dos juros e amortizações dos empréstimos para compra de habitação própria e permanente, em território nacional, até ao montante máximo de 591 euros.

No Orçamento para este ano contempla-se a criação de uma conta-poupança por cada nascimento no valor de 200 euros. Nesta conta, cuja taxa de juro semelhante às premiadas nas poupanças-jovem, pais e educadores poderão fazer depósitos regulares, mas o valor acumulado só poderá ser levantado quando o titular completar 18 anos.

São criadas ainda bolsas de estudo para os alunos do ensino secundário com aproveitamento escolar que se incluam nos escalões 1 e 2 do abono de família.

MAIS TECNOLOGIA NA JUSTIÇA

CRIAÇÃO de uma aplicação informática para gestão do inquérito-crime, reformulação do programa Citus, visando reforçar a sua segurança, ensino à distância no Centro de Estudos Judiciários e uma rede de nova geração, baseada em fibra óptica.

Propõe-se também um programa de mediação com os agressores de crianças vítimas de violência.

RETOMA DE PLANO DE PRIVATIZAÇÕES

RETOMA-SE o plano de privatizações aprovado na anterior legislatura e cuja concretização foi interrompida pela crise financeira mundial.

Assim, com vista à redução da dívida pública, proceder-se há a um encaixe financeiro estimado em 960 milhões de euros (igual que em 2009).

Às empresas que estavam contempladas no plano aprovado – Galp Energia, ANA (associada ao novo aeroporto), TAP, REN e EDP – poderão juntar-se outras cuja lista será divulgada mais tarde.

PREÇOS E SALÁRIOS

COM uma inflação prevista na ordem dos 0,8% e tendo em atenção o controlo do défice, este ano as remunerações dos funcionários públicos não vão ter aumento zero.

DIPLOMACIA

OS NEGÓCIOS Estrangeiros terão uma dotação de 406,2 milhões de euros (mais 11,5% do que no ano passado) para aplicar em vários eixos estratégicos como a promoção da língua portuguesa e da formação de uma rede diplomática de última geração, com 14,4 milhões de euros destinados ao projecto “Consulado Virtual” e “Webização do Sistema de Gestão Consular”.

INVESTIMENTO E OBRAS PÚBLICAS

NO SECTOR ferroviário de alta velocidade projecta-se, para o primeiro semestre deste ano, a assinatura do contrato de concessão do troço Poceirão-Caia, do eixo Lisboa-Madrid.

Além do início do processo de contratação do novo aeroporto de Lisboa, fica ainda prometida a exploração do aeroporto de Beja.

CULTURA

O INVESTIMENTO no sector da cultura cresce este ano 13%.

Entre outras obras, o Governo prevê abrir a casa das Artes como Cinemateca do Porto, inaugurar o Museu do Côa e reabrir o Museu de Arte Popular.

Propõe-se igualmente efectivar a aplicação do Acordo Ortográfico e criar uma rede de bibliotecas, além de apoiar a tradução de obras portuguesas.

RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

AVANÇA-SE, pela primeira vez, com compromissos concretos na área da energia das ondas.

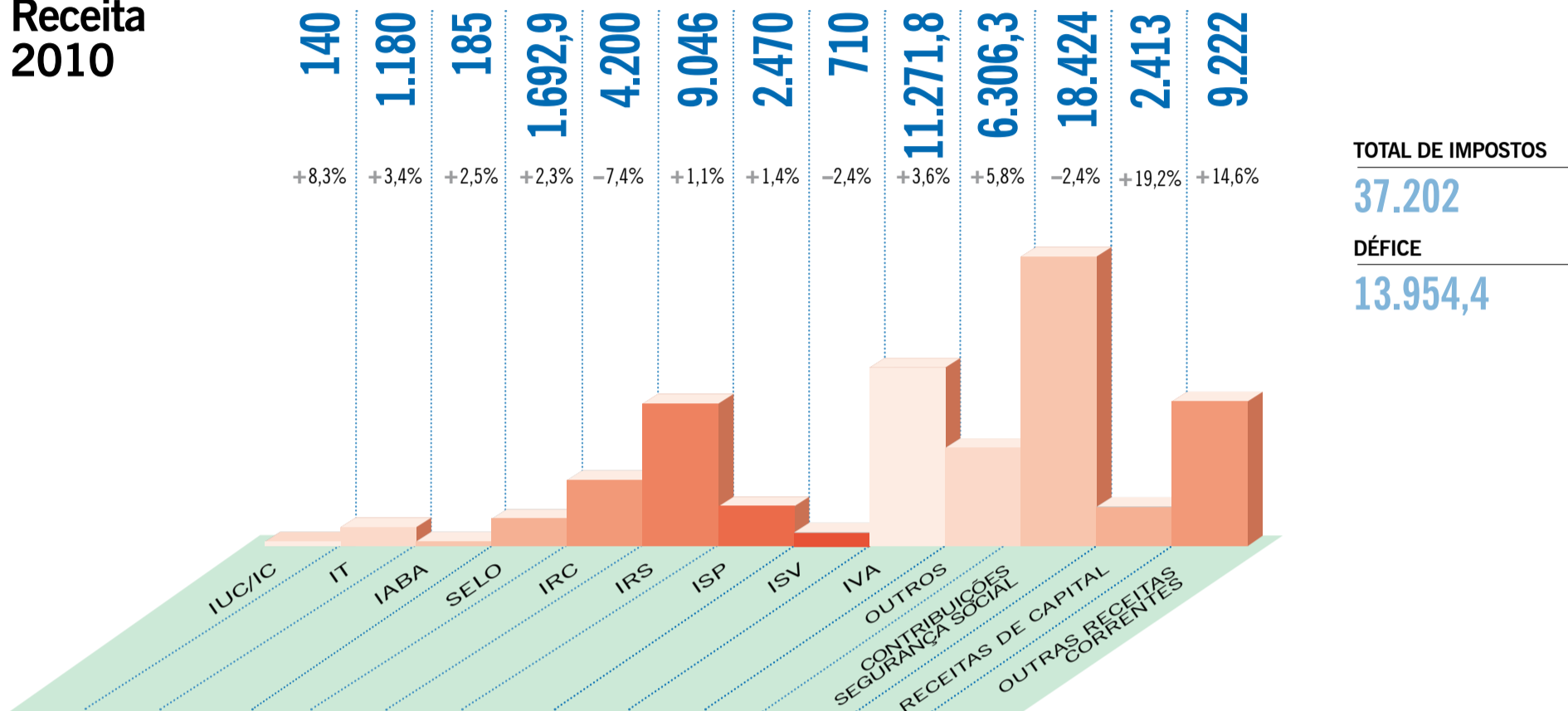
Já nas eólicas, estabelece-se que nos próximos meses sejam instalados mais 700 megawatts de capacidade, 300 dos quais vindos de novos parques.

O Executivo vai também simplificar os procedimentos de acesso às energias renováveis em 2010, especialmente na construção de mini-hídricas.

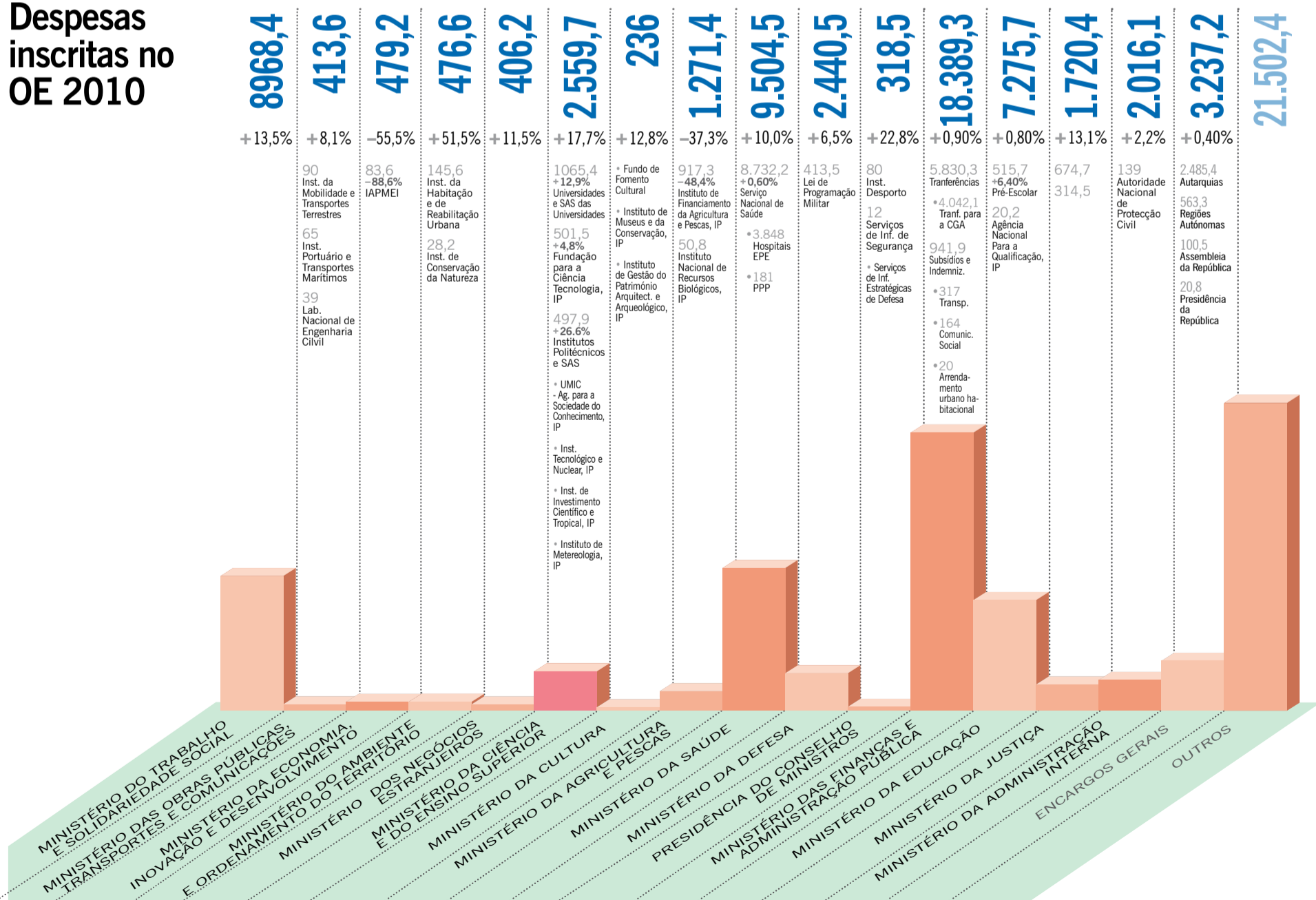
Para prosseguir a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos afectam-se 38 milhões de euros.

ORÇAMENTO DE ESTADO 2010

Receita 2010



Despesas inscritas no OE 2010



Esforço positivo de negociação com PSD e CDS

PARA se chegar ao documento final de proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2010 recentemente apresentado na Assembleia da República, um longo caminho de negociações e diálogo com as oposições, em particular com o PSD e com o CDS-PP, foi percorrido visando pontos de convergência para viabilizar o OE.

No final de uma última reunião de cerca de duas horas e meia com Manuela Ferreira Leite, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, declarou-se satisfeito com a abertura que o PSD revelou no sentido de “uma eventual abstenção” na votação do Orçamento de Estado para 2010.

“Penso que há uma vontade, pelo que me pude aperceber, de avançar nesse sentido da abstenção”, adiantou na ocasião o ministro, acrescentando que as medidas que apresentara a Ferreira Leite “serão significativas, tendo em vista prosseguirmos esse caminho de consolidação de redução do défice orçamental”.

E considerou que, tendo em conta o “ambiente de agrado e satisfação” sentido, o PSD teria



encontrado “boas razões para viabilizar o orçamento”.

Teixeira dos Santos alertou, no entanto, para “iniciativas que prejudicam e que comprometem” o esforço de consolidação orçamental, referindo-se concretamente à alteração da Lei das

Finanças Regionais.

“A alteração desta lei neste momento não será compreendida pelos portugueses nem pelos mercados internacionais como sendo um sinal de rigor e de contenção da despesa pública”, defendeu, insistindo em que “num

período em que vamos ter de ser exigentes na política salarial com a função pública, os funcionários públicos não perceberão porque é que se vai dar mais umas dezenas de milhões à Madeira nesta conjuntura.

Relativamente às conversações

mantidas com o CDS/PP, o ministro das Finanças considerou positivo que este partido tenha decidido viabilizar o Orçamento de Estado para 2010 através da abstenção, embora afirmando que existiam condições para um acordo.

“Sinceramente, acho que havia boas condições para o PP poder ter feito um acordo, mas obviamente é aos dirigentes do PP que compete decidir sobre essa matéria”, afirmou Teixeira dos Santos, para quem o Governo foi “até onde podia ir” na negociação, mas não podia dar resposta a algumas pretensões dos centristas, nomeadamente no aumento das pensões e na questão do PEC (Pagamento Especial por Conta), sob pena de pôr em risco as finanças públicas.

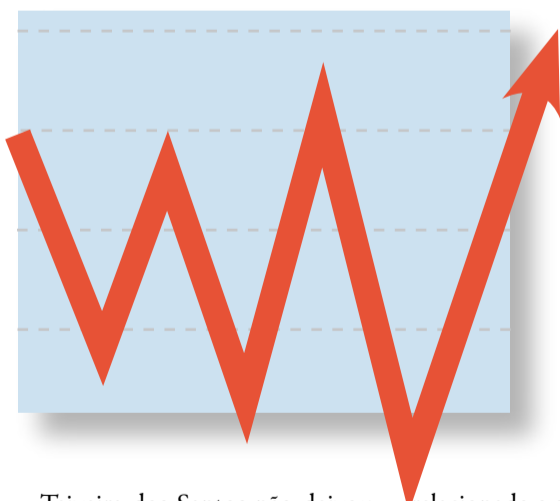
Assinalando que “no ano passado a inflação foi negativa e, de acordo com as regras de actualização das pensões vigentes, não daria lugar a qualquer actualização (em 2010)”, o ministro das Finanças referiu que “mesmo assim o Executivo já decidiu um aumento extraordinário das pensões mais baixas em 1,25%”. M.R.

As agências de rating estão comprometidas com interesses comerciais

AS EMPRESAS de rating “têm interesses de estratégia comercial” preocupando-se prioritariamente, com o “aumento da sua quota de mercado”, considerou o ministro das Finanças.

Segundo Teixeira dos Santos, as casas que avaliam os riscos dos empréstimos estão a fazer hoje, como já o fizeram no passado “interpretações abusivas” da realidade económica e financeira portuguesa, estranhando o titular da pasta das Finanças a rapidez com que as casas de notação das dívidas dos países reagiram à divulgação do défice orçamental português de 2009 e 2010.

O ministro referia-se, nomeadamente, à estranha celeridade com que algumas empresas de rating conseguiram analisar e tornar público o seu parecer sobre o Orçamento de Estado, recordando que ele próprio o entregou na Assembleia da República nas mãos do presidente Jaime Gama “já passava das nove da noite” de 3ª-feira, e logo pela manhã, de 4ª-feira “bem cedo” já se conheciam as opiniões e as análises destas empresas de rating.



Teixeira dos Santos não deixou de recordar a este propósito o episódio da empresa de rating “Fitch” que na passada quarta-feira, imediatamente após o ministro das Finanças ter apresentado publicamente o OE e depois daquela empresa estar desde de Novembro do ano passado a colocar o país em “observação negativa”, ter ameaçado Portugal com uma revisão em baixa da nota da qualidade da dívida pública.

Ninguém pode ou deve esquecer, salientou o ministro das Finanças, que muitos dos problemas

que surgiram durante a crise de 2008/2009 “tiveram a sua origem nos erros de avaliação do risco, cometidos por agências de rating”, lembrando, nomeadamente, a “interpretação abusiva” que as empresas internacionais fizeram ao terem

relacionado o aumento dos spreads com a proposta do OE para 2010.

Recusando qualquer paralelo com o cenário macroeconómico grego, Teixeira dos Santos não deixou de sublinhar que o aumento que se está a verificar nas taxas de juro exigidas pelos maiores bancos ou fundos para emprestar dinheiro aos países “resulta da situação grega”, cenário que se agudizou sobretudo depois de ser conhecida, como acentuou, a verdadeira e grave situação das contas públicas daquele país comunitário. R.S.A.

GOVERNO VAI ENTREGAR PEC A BRUXELAS

O GOVERNO vai apresentar brevemente o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC, documento que estabelecerá as indicações e os compromissos nacionais em relação à redução do défice em linha com os limites estabelecidos por Bruxelas.

A versão actualizada do PEC, dá uma indicação clara da a seguir por Portugal de forma atingir o objectivo de redução do défice orçamental para o nível inferior a 3%. Esta a garantia dada pelo ministro da presidência, Pedro Silva Pereira, no final da reunião do Conselho de Ministros de 28 de Janeiro.

O governante indicou ainda que o PEC irá demonstrar que as medidas previstas no OE para 2010 “se articulam com a estratégia de médio prazo” e que dará as necessárias garantias de que o Estado português “vai atingir as metas de consolidação das contas públicas” no prazo revisto que estabeleceu até 2013.

Para Silva Pereira, o que o Estado português está a fazer é a dar um sinal firme no seu objectivo prioritário de relançamento da economia e apoio ao emprego, medidas que começaram já em 2010 com a aprovação do programa de redução do défice público, através de acções concretas que vão permitir dar sustentabilidade ao crescimento económico à economia portuguesa.

A situação das contas públicas nacionais é para o ministro da presidência “indissociável da crise internacional” que afectou a generalidade das economias e está em linha com o que sucedeu noutros países.

Na opinião do Governo o défice orçamental, que se verificou no ano de 2009, reflecte sobretudo a consequência da redução das receitas do Estado em resultado da situação económica.

Depois de recordar que o Executivo anterior foi capaz de “em menos de dois anos” passar o défice das contas públicas de 6,8%, herdado do Governo PSD/CDS-PP, para 2,6 do PIB, o ministro da presidência disse por isso não ter dúvidas que este “histórico é uma garantia de que seremos capazes de atingir os mesmo objectivos outra vez”. R.S.A.

Assis considera que OE corresponde às necessidades do país

A PROPOSTA de Orçamento do Estado (OE) para 2010 continua “o combate à crise” e dá “sinais inequívocos de correcção do défice”, afirmou o líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Francisco Assis, no final de uma audiência com José Sócrates na residência oficial do primeiro-ministro, no dia 25, onde salientou ainda que o documento “corresponde às necessidades actuais do país” na actual grave conjuntura económica e financeira.

Francisco Assis, que se encontrava acompanhado das deputadas Ana Catarina Mendes e Sónia Fertuzinhos, considerou que a proposta de Orçamento possui “duas preocupações essenciais”.

“Por um lado, contribui para combater a crise económica. Já há, felizmente, alguns sinais animadores, mas ainda estamos confrontados com uma crise económica grave e a política orçamental tem de estar ao serviço da economia e isso traduz-se na manutenção de um investimento público significativo e na adopção de medidas de apoio às empresas e às famílias”, afirmou.

Por outro lado, frisou Assis, o documento “dá também sinais inequívocos no sentido da correcção da trajectória do endividamento público que o país tem”, adiantando que se trata, aliás, de “um problema comum aos demais países europeus, mas neste momento há que recomeçar uma política no sentido de reduzir significativamente o défice e há sinais neste sentido”.

Questionado sobre as críticas de BE e PCP ao enfoque do Governo no combate ao défice, o líder da



bancada do PS considerou que existe uma diferença entre uma concepção “responsável” e “irresponsável” ao nível das políticas económicas e orçamentais.

“Temos compromissos assumidos no plano europeu que temos de honrar, somos avaliados diariamente pelos mercados financeiros internacionais, temos de ter isso em consideração e, portanto, a diferença é entre quem tem o sentido da responsabilidade e quem age de uma forma totalmente irresponsável”, afirmou.

Assis sublinhou que “é isso que impede que haja qualquer aproximação de posições” entre o PS, o BE e o PCP.

“O Governo, e bem, procurou responder à crise insuflando mais dinheiro na economia por várias vias e com sucesso, porque se não tivéssemos aumentado a despesa como aumentámos e se não tivéssemos permitido o crescimento do défice como permitimos, certamente que a crise hoje seria muito mais grave”, disse, defendendo que agora é o momento para o

Governo ser “realista, rigoroso e exigente”.

“O país não pode viver numa situação de desequilíbrio orçamental permanente, temos de ter limites razoáveis porque isso tem consequências do ponto de vista da nossa economia e das finanças públicas”, acrescentou.

Por outro lado, Francisco Assis classificou de “incongruente” a posição do PSD sobre a Lei das Finanças Regionais, referindo que um partido político “não pode dizer que o problema fundamental

do país é o endividamento e, ao mesmo tempo, apresentar uma proposta que aumenta” a dívida.

O líder do GP/PS afirmou ainda que “ninguém entenderia que o PSD justificasse, e bem, a sua abstenção em relação ao Orçamento do Estado pelo facto de ele enfrentar claramente a questão do endividamento do país e aprovasse na Assembleia da República um projecto de lei que tem como consequência aumentar o endividamento da Região Autónoma da Madeira”.

Orçamento para 2010 traduz vontade de combater o défice

É “PROFUNDAMENTE irresponsável”, o voto contra do PCP em relação ao Orçamento do Estado para 2010, considerou o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, reiterando que “temos de ter equilíbrio nas finanças públicas, não apenas porque isso é bom, objectivamente, mas também porque temos compromissos no plano europeu e somos todos os dias avaliados pelos mercados internacionais”.

Falando à margem de um encontro no dia 29 com militantes em Sintra, o líder da bancada parlamentar socialista disse que “o PS tem a seu favor a circunstância de ter baixado radicalmente o défice no Governo anterior. Tivemos uma crise económica e financeira gravíssima de proveniência internacional, tivemos de fazer face e por isso aumentámos o défice, 9,3%, como resposta à crise”.

E acrescentou que “se o não tivéssemos feito hoje haveria mais desemprego e uma situação mais grave do que a que temos e agora estamos a recomeçar a combater o défice orçamental e o Orçamento para o próximo ano já traduz essa vontade”.

Durante o discurso dirigido aos militantes do PS/Sintra, Francisco Assis considerou a aprovação do Orçamento do Estado como “um momento crucial na vida desta legislatura”.

“Fizemos um caminho difícil desde as legislativas até este momento e, não dispondo de maioria absoluta, precisamos de alguém que nos apoie e garanta a viabilização do Orçamento”, disse, sublinhando que com a aprovação do Orçamento do Estado para 2010, com a abstenção da direita e votos contra dos partidos de esquerda, “estabiliza-se um pouco a política do país”.

O líder parlamentar socialista afirmou ainda que o desafio do Governo para os próximos tempos é “retomar a vontade de fazer reformas em diversas áreas”, até mesmo porque, disse, “pode haver uma crise a qualquer momento que pode deitar abaixo este Governo e exigir eleições antecipadas. Mas nessa hora é importante que estejamos fortes e isso só será possível se o país perceber que estamos a agir como agimos no Governo anterior, ou seja, com vontade de mudar”.

União para vencer presidenciais

Na sua intervenção perante os militantes de Sintra, Francisco Assis afirmou que o PS deve estar unido para derrotar Cavaco Silva nas eleições presidenciais de 2011. “Temos de nos concentrar, porque pela primeira

vez na história é possível derrotarmos o professor Cavaco Silva”, disse.

Para o líder do Grupo Parlamentar do PS, é “essencial” que o nosso partido esteja unido na altura de declarar apoio a um candidato “seja ele qual for”, uma vez que, defendeu, “o professor Cavaco Silva é derrotável”.

E acrescentou: “Não conheço ninguém que tenha votado nele e mostre vontade de voltar a votar e já conheço algumas pessoas que votaram nele e que agora dizem que não o voltarão a fazer”.

Assis sublinhou que “as eleições não se vencem se a esquerda não estiver unida. O pior que nos pode acontecer é voltarmos a ter dois candidatos à esquerda”, sustentando que “o PS não se deve precipitar com declarações definitivas nem negativas, seja em relação a quem for”.

Aprovação da Lei das Finanças Regionais é irresponsabilidade

Os interesses de Portugal ficaram reféns dos do PSD-Madeira porque a liderança nacional dos social-democratas teve medo de enfrentar Alberto João Jardim numa atitude irresponsável secundada, aliás, pelas restantes bancadas da oposição. Esta a ideia defendida no final da votação no Parlamento da proposta conjunta que altera a Lei das Finanças Regionais, pelo líder do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, para quem nada justifica que as regiões mais pobres do país continuem a financiar as mais ricas, como é o caso da Madeira.

MARY RODRIGUES

COM os votos contra da bancada socialista, o Parlamento aprovou, após acalorado debate, a Lei das Finanças Regionais, facto que, para o PS e para o Governo, constitui um grave sinal de laxismo num momento de particular dificuldade nas contas públicas do país e em prejuízo efectivo da Região Autónoma dos Açores.

Ao intervir na sessão plenária da Assembleia da República, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, acusou a oposição de “irresponsabilidade política”, condenando a aprovação da alteração à Lei das Finanças Regionais.

Lacão lamentou que a oposição, em particular PSD e CDS, que irão viabilizar o Orçamento do Estado (OE) para 2010, tenha rejeitado as propostas que o Governo fez aos partidos, procurando assim evitar a alteração à Lei das Finan-

ças Regionais, apontando que “o agravamento da dívida e da despesa implicará que o resultado é mais despesa desnecessária”, que poderia ter sido evitado com “sentido efectivo do interesse do Estado”.

Assim, segundo Jorge Lacão, criou-se “o facto inédito de se ter aprovado uma lei que representa duas leis para as regiões autónomas: uma para os Açores e outra para a Madeira”, e cada uma “escolherá o melhor dos dois mundos na lógica despesista”.

Advertiu igualmente que só haverá condições de governabilidade no país se o Governo tiver autoridade orçamental e salientou que o debate orçamental na especialidade ainda vai ter o seu curso.

Mas recorde-se que as advertências e os apelos à sensatez se sucederam nos dias que antecederam a votação no hemiciclo de São Bento da proposta conjunta da oposição de alteração à Lei das Finanças Regionais.



Ontem mesmo, 4 de Fevereiro, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, em conferência de Imprensa, reiterou o apelo do Executivo para que a referida proposta de alteração não fosse aprovada e não entrasse em vigor, emitindo um sinal de laxismo e despesismo aos mercados financeiros internacionais.

Teixeira dos Santos apelou também ao “bom senso” e ao “espírito de compromisso”.

Já na semana passada o titular da pasta das Finanças insistia na necessidade de dar ao país e ao mercado mundial “um sinal de rigor, de disciplina, de contenção orçamental”.

Ao falar à Imprensa, no final da reunião do Conselho de Ministros na qual foi aprovada a proposta de Orçamento do Estado para 2010 que seria posteriormente apresentada na Assembleia da República, Teixeira dos Santos ainda esperava que o bom senso prevalecesse.

Na ocasião, frisou que a possibilidade de as regiões autónomas se poderem endividar fora dos objectivos traçados para o resto do país “não faz sentido”, podendo, por isso mesmo, ser um sinal de “laxismo”.

Entretanto, em declarações ao “Acção Socialista”, o deputado Vítor Batista corroborava as afirmações do ministro das Finanças

e lamentava que o PSD nacional, depois de ter aberto um diálogo com o Governo e com o PS, não contribuísse efectivamente para encontrar uma solução de compromisso e satisfatória.

“O PSD está subjugado a Alberto João Jardim e, ao mesmo tempo, com essa atitude, está a subjugar o país e todos os portugueses a Alberto João Jardim”, criticou então, explicando depois que o PS não acompanha a insistência laranja em permitir que de um endividamento líquido zero para a Madeira e os Açores previsto na Lei das Finanças Regionais, se pretenda passar para um endividamento das Regiões Autónomas que poderia superar os 800 milhões de euros.

“Isso vai contra o Orçamento”, referiu o deputado socialista, destacando que “estamos em presença de uma proposta que implicaria um aumento muito significativo da despesa e do endividamento”.

Após considerar injusta outra reivindicação laranja que diz respeito à transferência *per capita* do Imposto de Valor Acrescentado (IVA), Vítor Batista referiu que não é razoável pretender que a Madeira continue a beneficiar de verbas do Fundo de Coesão.

“Esses são financiamentos que visam o desenvolvimento do país e temos regiões com um PIB inferior ao madeirense”, explicou, destacando, a título de exemplo, as diferenças, especificidades e necessidades dos Açores.

Comissão eventual sobre regionalização não é monopólio de ninguém

NA SEQUÊNCIA da apresentação pública por parte do PSD de uma proposta visando a constituição de uma comissão eventual para abordar o tema da regionalização, o líder da bancada socialista esclareceu, perante os jornalistas, que já antes tinha conversado com o principal partido da oposição e com outros grupos parlamentares sobre a criação de uma tal comissão, defendendo que esta proposta deveria ser apresentada “com a participação de todos os partidos”.

“Já tive oportunidade de conversar com o dr. Aguiar-Branco e verificamos que houve aqui um pequeno equívoco que terá que ver com esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD”, disse Assis, revelando ter conversado “há umas semanas atrás” sobre o assunto com o líder da bancada laranja e que ambos entenderam “que havia vantagem na criação de uma comissão desta natureza e que fosse constituída com a contribuição de todos os grupos parlamentares”.

“Nesse sentido eu próprio falei com os líderes parlamentares do PCP e do BE, a quem apresentei a iniciativa (...) ainda



hoje tive de novo oportunidade de falar com eles e verifiquei com agrado que ambos manifestaram abertura de princípio

para apoiarem a criação desta comissão e participarem activamente nos trabalhos desta comissão”, declarou, frisando de se-

guida que a conversa que manteve com o líder parlamentar social-democrata “foi de natureza privada” e que tem com Aguiar-Branco uma “relação de grande confiança que se mantém”.

Todavia, ressaltou, “não posso deixar de dizer publicamente o que se passou e o que se vai passar a partir daqui”.

Neste sentido, o presidente do GP/PS afirmou que “parece ser o melhor caminho para iniciar a discussão deste tema” a apresentação desta “iniciativa conjunta de todos os grupos parlamentares”, uma vez que, sublinhou, “não é monopólio de ninguém”.

“Não se trata de uma iniciativa isolada de nenhum partido, nem deve ser, trata-se de uma iniciativa de vários grupos parlamentares e nós demos um contributo para que essa iniciativa fosse de vários grupos parlamentares, se bem se recordam nas nossas Jornadas Parlamentares escolhemos o tema da regionalização”, notou.

Entretanto, o líder parlamentar do PSD reconheceu que o PS já tinha manifestado a vontade de constituir uma comissão parlamentar eventual sobre a regionalização. M.R.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. João da Madeira

Há também uma certa utilização de informação estatística, bem mais perigosa pela confusão que lança sobre os que a lêem, que se baseia em meias verdades

A VERDADEIRA "MAROSCA"

É NORMAL o recurso a informação estatística para fundamentar e reforçar alguma ideia que se pretende transmitir. Em alguns casos, a mesma informação estatística permite demonstrar um qualquer aspecto e precisamente o seu contrário. É a velha máxima do "copo meio cheio ou meio vazio". Desde que não se minta, até aqui tudo normal.

Há também uma certa utilização de informação estatística, bem mais perigosa pela confusão que lança sobre os que a lêem, que se baseia em meias verdades. Esta técnica é acompanhada, muitas vezes, da omissão de determinada informação que inquina a conclusão. Isto quase sempre de forma deliberada e intencional, está claro.

Ora, há umas semanas atrás, Mira Amaral assinou um artigo no "Expresso" intitulado de "A Falácia dos 43%", onde tentou convencer os portugueses de que os números que têm vindo a ser usados em matéria de renováveis são "cozinhados na secretaria". A "marosca", segundo ele, "está em que foram buscar para ano de referência o ano de 1977, de excepcional pluviosidade (...) e não um ano médio", no cálculo da incorporação de Fontes de Energia Renováveis (FER) no consumo bruto de energia eléctrica (produção bruta+saldo importador). Para o ano 2008, esse valor foi 43,3% e, até Outubro de 2009, situava-se em 45,6% (dados entretanto publicados). Mira Amaral, usando apenas parte da informação que ele próprio bem conhecerá na totalidade, tenta desvalorizar os avanços conseguidos em matérias de renováveis e descredibilizar aqueles que utilizam o número. É esse, do meu ponto de vista, o grande objectivo do seu artigo!

De facto, estes valores são apurados com base na metodologia que não foi inventada em Portugal, mas antes utilizada na Directiva Comunitária 2001/77/CE, que definiu metas para 2010 para todos os países da União Europeia. É natural, portanto, que para se monitorizar a cumprimento dessa mesma Directiva e a evolução histórica comparável com os objectivos definidos e com os restantes países da União Europeia, se utilize precisamente a mesma metodologia, sob a pena de estarmos, aí sim, a comparar coisas que não são verdadeiramente comparáveis. De facto, o cumprimento da Directiva é, pois, calculado assumindo a mesma hidraulicidade do ano base relativamente à qual foi definida a meta (1997 e não 1977 como diz Mira Amaral), um ano que apresentou um Índice de Produtividade Hidroeléctrica de 1,22 (excepcional pluviosidade, portanto).

Apesar de ser pública a informação completa (valor decorrente da directiva e o real, valores que, inclusivamente, estão disponíveis em www.dgge.pt), o que Mira Amaral faz no seu artigo é, na prática, três coisas: ignorar completamente a forma como as metas de Portugal haviam sido definidas para efeitos de Directiva; insinuar que se faz batota à volta dos números que são tornados públicos; e concluir que "nos andam a vender as renováveis" com "ligeireza e demagogia". Mira Amaral terá as suas razões para dar este tom ao seu artigo.

Por mim, prefiro ter presente que há dois números que não são comparáveis, de facto. São dois indicadores diferentes, com metodologias de recolha distintas e que dão resultados diferentes. Ignorar este facto, isso sim, é uma verdadeira "marosca"!

Deputados do PS querem maior envolvimento dos jovens nas autarquias

OS DEPUTADOS do PS apresentaram na Assembleia da República um projecto de recomendação ao Governo para que este proceda ao levantamento dos municípios que já instituíram ou adaptaram os respectivos conselhos municipais de juventude e aqueles que carecem da prestação de apoio jurídico especializado, nomeadamente no que respeita à adaptação dos procedimentos em relação aos quais aqueles conselhos devem emitir parecer de acordo com a legislação em vigor.

Recorde-se que em 2009 a Assembleia da República deu um importante passo no sentido de reforçar a participação dos jovens na vida dos municípios ao aprovar o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude.

De facto, através da lei 8/2009, foi aprovado a criação de fóruns alargados de discussão, e estabelecida a sua composição, competências e regras de funcionamento.

Para os deputados do PS, este mecanismo legal, para além de reforçar a representação jovem na actividade dos municípios, permite uma mais adequada e sustentada discussão sobre as temáticas que de uma forma mais directa afectam a qualidade de vida e a capacidade de emancipação dos jovens.



Longe de representar uma inge-rência nas competências municipais ou um entrave ao funcionamento dos órgãos autárquicos, sublinham, os conselhos municipais de juventude representam antes "um legítimo exercício da configuração dos órgãos municipais", criando um importante instrumento de consulta, à semelhança, aliás, de outros fóruns sectoriais já instituídos, como é o caso, por exemplo, dos conselhos municipais de educação.

Estes órgãos ligados à juventude, na perspectiva dos eleitos socialistas, "consustanciam um meio que reforça as capacidades de participação dos

jovens" comprometendo em simultâneo o Poder Local com as políticas de juventude.

Numa democracia participativa como aquela que decorre da Constituição portuguesa, a intervenção dos jovens na actividade cívica, lembram ainda os deputados do PS, reveste-se de uma grande importância, tornando-se inquestionável o carácter "transversal das políticas dirigidas à juventude", assim como são igualmente inegáveis as vantagens para as instituições públicas que estabeleceram um diálogo permanente com os jovens, "fomentando mecanismos de democracia participativa e aberta a todos". R.S.A.

Socialistas acusam PR de se colar à oposição

A ELIMINAÇÃO, com os votos favoráveis de todos os partidos da oposição, do pagamento especial por conta (PEC), vai ter, na opinião do PS, reflexos directos no sistema fiscal português.

Os socialistas acusam os partidos da oposição de terem chumbado o PEC "por puro capricho" lembrando que a receita que não chegará aos cofres do Estado terá efeitos imediatos e directos na "redistribuição do sistema fiscal".

Críticas também ao Presidente da República (PR) por ter promulgado o diploma que adia a entrada em vigor do Código Contributivo, acusando os socialistas Cavaco Silva de estar os "caucionar os objectivos da oposição".

A este propósito, tanto o vice-presidente da bancada socialista, Strecht Ribeiro, como o dirigente socialista António Vitorino, este em declarações prestadas na RTP, consideram que o PR ao assumir esta posição, não deixando de exercer "um direito que lhe assiste", não deixa, contudo, de "colocar-se ao lado dos partidos da oposição" que defendem o adiamento para Janeiro de 2011 da entrada em vigor do Código Contributivo.

Ficam assim suspensas, entre outras medidas, a entrada em vigor do novo regime de descontos da Segurança Social, facto que levou o primeiro-ministro a advertir que o país não poderá viver com

dois orçamentos: um da Assembleia da República e outro do Governo.

Para José Sócrates, este adiamento terá como consequência imediata retirar ao Estado cerca de 800 milhões de euros de receita, que para o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, vai constituir "um rombo muito grande" no sistema fiscal português, algo que só acontece, salientou ainda, "por capricho da oposição".

Para Carlos Lobo, não é só a receita que se vai perder, mas sobretudo as consequências que esta perda terá "para a redistribuição do sistema contributivo".

Recorde-se que o Código dos Regimes Contributivos do Sistema de Segurança Social, apresentado pelo anterior Executivo, igualmente liderado por José Sócrates, foi promulgado pelo Presidente da República em 31 de Agosto, diploma que deveria entrar em vigor já no presente mês de Janeiro de 2010.

Com a perda da maior absoluta do PS, nas legislativas de Setembro, e de forma absolutamente oportunista, como acentuam os socialistas, os partidos da oposição resolveram apresentar e votar favoravelmente na Assembleia da República, em 27 de Novembro um diploma visando adiar a entrada em vigor do Código Contributivo, iniciativa que acabou por ser promulgada pelo chefe de Estado no passado dia 29 de Dezembro. R.S.A.

EMPRESAS VÃO REEMBOLSAR O IVA MAIS CEDO

FOI APROVADA por unanimidade, na Assembleia da República, a redução de 90 para 60 dias do reembolso às empresas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), podendo já a partir do próximo ano realizar-se uma nova redução até aos 30 dias.

Para já ficou determinado que as empresas que pagarem o IVA a 90 dias podem beneficiar do reembolso em 60 dias, medida que entra em vigor a partir do próximo mês de Julho.

Quanto as empresas que optem por se inscrever no regime de reembolso mensal poderão passar a receber o IVA num prazo máximo de 30 dias.

Da Comissão parlamentar de Orçamento e Finanças saiu um texto final que veio conciliar as propostas dos vários partidos.

Para o deputado socialista Filipe Brandão, a iniciativa agora aprovada resulta de uma "solução imaginativa" e representa "um somatório que acrescenta aos pontos de partida". R.S.A.

Modcom

Mais 20 milhões de euros para o comércio tradicional

A SECRETARIA de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor abriu no dia 8 de Janeiro a 5ª fase do Programa de Incentivos à Modernização do Comércio - Modcom. São mais 20 milhões de euros a juntar aos 114 milhões já disponibilizados, a fundo perdido, nas quatro fases anteriores deste programa que tem por objectivo a revitalização do comércio tradicional.

O Modcom é um sistema de incentivos financiado por fundos exclusivamente nacionais e veio reforçar os apoios aos projectos de modernização das micro, pequenas e médias empresas do sector do comércio, assim como projectos de promoção comercial desenvolvidos pelas associações comerciais. Este programa contempla ainda uma dotação específica para jovens empresários e para o comércio rural.

O secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, deixa um apelo aos empresários e associações comerciais para que aproveitem mais esta oportunidade. “Estamos a falar de apoios, a fundo perdido, de 45% das despe-



sas para lojas individuais, de 50% se forem projectos de integração e de 60% no caso dos projectos associativos”, sublinhou.

De facto, o Modcom contempla apoios a três tipos de acções. A Acção A diz respeito a lojas individuais. A Acção B refere-se a apoios a lojas em rede, ou seja, empresas que, por exemplo, pretendam adoptar uma insígnia comum ainda que a propriedade seja individual,

que utilizem a mesma plataforma informática ou que se abasteçam na mesma central de compras. Finalmente, a Acção B contempla apoios a estruturas associativas do sector do comércio.

A primeira fase do Modcom foi lançada em 2006, com uma dotação de 20 milhões de Euros, tal como a segunda fase, lançada em 2007. No ano seguinte e na terceira fase do programa a dotação subiu

para 24 milhões de euros e em 2009 a quarta fase disponibilizou 50 milhões de euros. Nestas quatro fases foram disponibilizados 114 milhões de Euros e foram considerados elegíveis para apoios cerca de quatro mil projectos empresariais e associativos.

Consumidor moderno é cada vez mais exigente

Os resultados práticos da utilização destes apoios foram constatados no terreno pelo próprio Secretário de Estado que já percorreu o País de lés a lés, tanto em acções de sensibilização junto dos comerciantes, como em visitas a lojas já modernizadas com a ajuda do Modcom.

“É verdade que já percorri o país de norte a sul para visitar projectos apoiados pelo Modcom”, recorda o secretário de Estado. “E confesso que fiquei muito satisfeito com o que encontrei. Vi lojas de sectores mais tradicionais com projectos modernos e atractivos e vi também novas apostas, sobretudo de jovens, em sectores mais inovadores, como lojas gourmet ou ligadas às novas tecnologias”, acrescenta. “O

consumidor moderno é cada vez mais exigente, mas não se afastará do comércio tradicional se este souber responder a essas exigências”, frisa.

Fernando Serrasqueiro confessa que, por vezes, é necessário vencer alguma resistência dos empresários e recorda uma situação que considerava exemplar. “Lembro-me de um comerciante que ficou muito preocupado quando o filho o desafiou a modernizar a loja da família que fazia de questão de conservar com o mesmo aspecto que tinha desde a sua fundação. Tinha medo que os clientes se afastassem pensando que uma loja moderna corresponderia a preços mais altos. Afinal estava enganado e muito satisfeito com o resultado final, tendo mesmo aumentado a facturação”.

Uma situação um pouco caricata, mas que não deixa de constituir uma mensagem séria. “É preciso atitude empresarial por parte dos comerciantes”, sublinha Fernando Serrasqueiro, acrescentando que “o comércio tradicional tem de perceber o que o consumidor procura e adaptar-se às novas exigências. O Modcom pode ser uma boa ajuda, utilizem-no”.

6,6 milhões de euros para a produção cinematográfica

A LIBERTAÇÃO de uma verba de 6,6 milhões de euros para a produção cinematográfica, garantindo a liquidez imediata ao Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual (FICA), foi anunciada pela ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas.

A governante falava, no dia 21, na tomada de posse da directora da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, Maria João Seixas, e da directora do Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais, Joana Gomes Cardoso, no Palácio da Ajuda.

Este dinheiro, referiu Gabriela Canavilhas, foi desbloqueada “em resultado de uma acção concertada” entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento.

A ministra da Cultura adiantou, por outro lado, que será reapreciada a “regulamentação aplicável e o envolvimento de novos parceiros no financiamento do sector” cinematográfico.

Segundo defendeu Gabriela Canavilhas, o “fomento à produção nacional deve ser complementado por uma estratégia integrada de apoio à distribuição e exibição de obras independentes e de cinematografias



menos difundidas”.

Outra “acção prioritária” do Ministério da Cultura visa desenvolver “uma política de exibição de filmes não comerciais” e nesse sentido realizar-se-ão “obras necessárias à abertura da Casa das Artes como Cinemateca na cidade do Porto”, acrescentou.

“Trata-se de uma prioridade política”, frisou a ministra, que afirmou ser “partilhada pela cidade do Porto

e pela região Norte, com o intuito de assegurar a existência de um equipamento cultural que garanta diversidade na programação disponibilizada aos portuenses, mas também no sentido de evocar a tradição da cidade enquanto palco das primeiras exposições de cinema português e do contributo de nomes como Aurélio Paz dos Reis, Henrique Alves Costa e Manoel de Oliveira para a divulgação da arte cinematográfica”.

GOVERNO ESTUDA NOVOS APOIOS AOS DESEMPREGADOS

A MINISTRA do Trabalho anunciou que o Governo está neste momento a estudar com os parceiros sociais uma forma de protecção no desemprego para os trabalhadores independentes e para os pequenos empresários.

Segundo Helena André, esta protecção poderá passar designadamente por uma fórmula de atribuição de “três meses de subsídio por um ano de contribuições”.

Trata-se de uma matéria que está ainda a ser estudada, disse, recordando que na vizinha Espanha uma iniciativa deste género foi recentemente aprovada e na qual é atribuída uma prestação aos trabalhadores independentes que se vejam involuntariamente no desemprego.

No debate parlamentar sobre desemprego ocorrido no passado dia 20 de Janeiro, a ministra do Trabalho criticou os partidos da oposição aconselhando-os a terem sobre esta problemática um olhar “refrescado”, criticando ainda a leitura que fazem sobre a mesma classificando-a como demonstrativa de um “espírito negativista e catastrofista”.

Para Helena André, “é interessante constatar o pessimismo que grassa nos partidos da oposição representados no parlamento”, referindo-se de forma irónica à posição sistematicamente assumida pelos partidos à esquerda e à direita do PS em relação ao desemprego, para os criticar afirmando que “parece que não querem ver o óbvio, aquilo que é evidente”.

A titular da pasta do Trabalho aconselhou ainda os partidos da oposição a olharem os dados do desemprego segundo um ângulo mais analítico e menos crítico, facto que lhe poderia proporcionar, disse, verificar que em Dezembro de 2009 “existiu uma redução de 1,5% de novas entradas”, quando comparado com o mesmo período de 2008.

O Governo, lembrou Helena André na Assembleia da República, não nega que o desemprego continua a atingir níveis elevados e preocupantes, razões acrescidas, disse, para se compreender por que é que o Executivo assume este sector como uma das suas prioridades políticas, não deixando, por outro lado, de sublinhar a recusa do Governo em relação às propostas da oposição que para a ministra do Trabalho mais não visavam do que “unicamente aumentar os subsídios”. R.S.A.

Reforma da Justiça exige ética de serviço público

“É preciso alterar o paradigma legislativo” fazendo menos mas melhores leis e verificar se a sua aplicação “é constantemente avaliada”, defendeu o ministro da Justiça, na sessão solene de abertura do Ano Judicial.

PARA Alberto Martins, a avaliação da aplicação das leis “é essencial” sendo este aliás o caminho, como garantiu, “que está a ser percorrido”, o que se verificará através, entre muitos outros exemplos, pelo pedido dirigido ao Observatório Permanente da Justiça para que faça uma estimativa da lei do divórcio, um dos diplomas que mereceu reparos críticos do Presidente da República no seu discurso no final da cerimónia.

Para o ministro da Justiça, as reformas no sector “são absolutamente necessárias, devendo estar contudo “ao abrigo de soluções fáceis” ou imediatistas, exigindo antes, como acentuou, “responsabilidade e ética de serviço público”.

A qualidade do serviço público de Justiça, defendeu, alcança-se através da “simplificação e reengenharia de processos”, mas também recorrendo à “utilização sistemática das tecnologias de informação e comunicação”, sem esquecer a alteração do “paradigma legislativo”.

O Governo, garantiu, orientará a sua acção no sentido de prosseguir os esforços para fornecer um serviço público de Justiça que respeite os direitos humanos, mais próximo do cidadão, acessível a todos, mais célere e mais transparente, com mais e melhores vias alternativas de resolução de conflitos.

As acções prioritárias do Governo, salientou, são o reforço dos meios da prevenção e repressão criminal, a conclusão da avaliação da revisão penal de 2007, a instalação de meios tecnológicos mais adequados e o desenvolvimento de Planos de Risco de Corrupção.

Não deixando contudo de destacar o trabalho que está a ser feito no que respeita à avaliação e à reforma das leis, sobretudo “no domínio das leis penais”, acrescentou que as várias alterações previstas serão brevemente levadas a Conselho de Ministros “para que a Justiça possa ser mais rápida e eficaz”.

Criar melhores condições de trabalho quer ao Ministério Público, quer aos órgãos de polícia criminal, “para que desempenhem as suas funções com mais eficácia”, foi outra das garantias dadas por Alberto Martins, assim como lhe mereceram especial destaque o desenvolvimento dos planos de gestão de risco de corrupção e infracções conexas, a fiscalização da respectiva execução e a avaliação do impacto da revisão do Código do Processo Penal de 2007.

Defendeu, por outro lado, que na presente legislatura o Governo vai avaliar o novo mapa judiciário, iniciado já em três comarcas-piloto, para que se proceda a eventuais correcções e adaptação, se necessá-



rio, de novas medidas.

Modernizar a Justiça significa, na perspectiva do ministro Alberto Martins, utilizar, por um lado, novos mecanismos que permitam “um maior acesso do cidadão à

Justiça”, e, por outro lado, recorrer a formas “mais simples, baratas e flexíveis de resolução de conflitos e de pacificação social”.

Neste sentido, salientou, o Governo vai consolidar a rede dos jul-

gados de paz e imprimir “acrescida eficácia à mediação e arbitragem” como meios efectivos e práticos de resolução alternativa de litígios, “harmonizáveis com o sistema judicial”.

Finalmente, Alberto Martins referiu-se ao Tratado de Lisboa, lembrando que este documento europeu coloca a liberdade, a justiça e a segurança no centro da sua prioridades “oferecendo novas perspectivas de harmonização legislativa”.

Uma maior ligação entre os tribunais e o Parlamento

Também o presidente da Assembleia da República interveio nesta cerimónia para defender a necessidade de se assegurar o “respeito mútuo, o diálogo e a convergência” entre o parlamento e os tribunais.

Para Jaime Gama, estes órgãos de soberania “têm responsabilidades partilhadas” não devendo por isso haver “crispação ou subserviência”, mas sim “diálogo e convergência”.

Na perspectiva do presidente do Parlamento, a independência do juiz para aplicar a lei “tem a mesma densidade da soberania do legislador para a fazer”, pelo que na sua opinião “é necessário aprofundar o diálogo institucional sobre a substância”.

Jaime Gama salientou, por fim, que a responsabilidade do Parlamento é “promover consensos, contribuir com soluções adequadas e convergir com os outros órgãos de soberania”, contribuindo assim para a recuperação da “credibilidade pública do sistema de justiça”. **R.S.A.**

Vieira da Silva defende diversificação da actividade económica

CONCILIAR os apoios à actividade económica com a manutenção da sua credibilidade no exterior, é, para o ministro da Economia, Inovação e do Desenvolvimento, “o grande desafio que o país tem de enfrentar neste momento”.

Segundo Vieira da Silva, é necessário agitar os ajustar os estímulos à economia “visando a sua rápida recuperação”, mantendo em simultâneo os apoios ao desenvolvimento empresarial.

Esta é uma tarefa primordial, de modo a garantir que o país, como defendeu, “continue a mover-se num quadro de credibilidade quanto ao seu relacionamento com o exterior”.

O titular da pasta da Economia, que falava em Leiria num jantar-conferência promovido pela Associação Nacional da Indústria de Moldes, referiu-se também ao Orçamento do Estado (OE) considerando que gerir esse quadro de apoio à recuperação económica de

forma sustentável é também perceber que é necessário manter, a todos os níveis, “a credibilidade externa do país” e, em particular, “das contas e das finanças públicas”.

Na opinião de Vieira da Silva, o Governo não cairá no erro de ignorar este cenário, até porque estaria, como garantiu, “a prejudicar as condições de recuperação económica” tornando os custos de funcionamento da economia “inevitavelmente agravados”.

É este quadro, exigente e ambicioso, disse, mas também “confiante e rigoroso” que o país precisa de continuar a trilhar aprovando na Assembleia da República o OE, “mobilizando e dando confiança aos portugueses”, mas também às empresas e aos mercados, dizendo-lhes da “nossa capacidade de seguir este caminho”.

Vieira da Silva recordou ainda a mais recente análise económica tornada pública pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que aponta para uma revisão em alta da economia euro-



peia, não deixando contudo de ressaltar o ainda necessário “estímulo público à economia”.

Aos empresários presentes, Vieira da Silva referiu que a recuperação económica do país se fará sobretudo através do aumento dos níveis de investimento, quer por parte das empresas,

e aqui destacou o papel “decisivo” das pequenas e médias empresas, quer do próprio Estado, apostando, designadamente, na “promoção das exportações nacionais”, mas também na redução da dependência do país “em áreas críticas ao funcionamento da economia”. **R.S.A.**

Novos equipamentos sociais criam 14 mil postos de trabalho

A CRIAÇÃO de 14 mil novos postos de trabalho na sequência da construção de novos equipamentos sociais é o objectivo do Governo, segundo declarou a ministra do Trabalho e Solidariedade Social.

Helena André disse que “os programas PARES Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e POPH Programa Operacional do Potencial Humano vão permitir a criação de 14 mil novos postos de trabalho permanentes” em instituições sociais de apoio a idosos, crianças ou pessoas com deficiência.

Depois do anúncio do pagamento de bolsas de estágios para jovens desempregados, a titular da pasta sublinhou que “o Estado tem a preocupação de contribuir para a criação de novos postos de trabalho e para a manutenção dos existentes” com o objectivo de combater o desemprego.

Neste sentido, disse que a redução da taxa de desemprego depende do comportamento da economia, acrescentando que “existem indicadores positivos de crescimento económico” para 2010, estando confiante de que a retoma vai ter reflexos ao nível do emprego.



A ministra do Trabalho e Solidariedade Social explicou que o apoio à construção de novos equipamentos sociais visa também responder a um desafio de demográfico.

“Temos baixos níveis de natalidade e temos uma população envelhecida, o que quer dizer que temos uma maior esperança de vida”, afirmou, sublinhando a necessidade de criar condições de apoio aos mais idosos e incentivar o aumento da taxa de natalidade.

Em Arruda dos Vinhos, onde foi lançada a primeira pedra para

a construção da nova creche da Santa Casa da Misericórdia para 66 crianças, Maria Helena André justificou o investimento do Governo nestes equipamentos sociais de apoio às crianças, uma vez que permitem às famílias “conciliar a vida pessoal e profissional”, criando condições para aumentar os agregados familiares.

No Cadaval, a ministra inaugurou o Campus Social do Olival, um investimento de 2,2 milhões de euros, dos quais 1,3 milhões são financiados pelo PARES.

Aprovadas mais medidas de apoio ao arrendamento jovem

MAIS fácil acesso e alargamento do programa “Porta 65” foram as principais alterações do regime de apoio ao arrendamento por parte dos jovens.

Entre as principais modificações aprovadas em Conselho de Ministros de 28 de Janeiro, o destaque vai para a possibilidade de incluir as prestações sociais, quer seja o subsídio de maternidade, ou a bolsa de estudo, no cálculo dos rendimentos para acesso ao programa.

A partir de agora passa a ser aceite para se poder aceder ao programa a declaração de rendimentos, dos últimos seis meses, sendo ainda igualmente admissível apresentar uma promessa de contrato de arrendamento e não o contrato de arrendamento já firmado.

Para o Governo, estas medidas não só vêm proporcionar um mais fácil acesso ao programa, como abri-lo ao usufruto de um maior número de jovens.

Mas outras alterações foram ainda aprovadas, designadamente as que passam pelas majorações aos apoios concedidos. Recorda o Governo que, depois das previstas para os arrendamentos em zonas urbanas históricas, que passam agora de 10 para 20%, é ainda acrescentado um

outro apoio dirigido à família.

Com efeito, os agregados com dependentes a cargo ou com deficientes passam a beneficiar de uma majoração de 10%.

O fenómeno da mobilidade habitacional merece também um novo olhar, passando a beneficiar de um conjunto de novas alterações no programa de arrendamento jovem.

Com a aprovação destas novas medidas é possível o jovem mudar de residência e mesmo assim continuar a usufruir dos apoios, algo que até aqui não acontecia.

Foi ainda aprovado que o limite de idade de acesso ao programa, que até aqui estabelecia como limite os 30 anos, passa, na prática, a ser estendido até aos 33 anos, uma vez que o programa tem uma duração máxima de três anos, o que permitirá que o jovem possa de facto beneficiar dos apoios por mais este período de tempo.

Outra novidade refere-se ao facto de estar prevista a possibilidade de interrupção no programa podendo o jovem, a qualquer momento, voltar a ele.

Recorde-se que o programa de arrendamento jovem “Porta 65”, beneficiou em 2009 cerca de 22 mil jovens, com idades compre-

didadas entre 18 e os 30 anos.

Para o Governo, este programa assumiu já uma expressão importante na sociedade pela sua dupla valência de apoiar a juventude e de promover o arrendamento com a particularidade da criação de incentivos ao aluguer em zonas urbanas que estejam a ser objecto de acções de reabilitação.

Esta alteração decorre também aliás dos alertas feitos pelos deputados socialistas João Portugal, Duarte Cordeiro, Nuno Araújo, Renato Sampaio e Marcos Sá.

Segundo estes parlamentares, já na anterior legislatura o PS tinha assumido que após o prazo legal para a sua avaliação estaria disponível para eventuais reajustamentos em função das necessidades dos jovens.

Reconhecendo o contributo para a emancipação dos jovens, dado pelo programa “Porta 65 – Arrendamento Jovem”, os deputados socialistas expressam a sua vontade de “continuar a promover soluções em matéria de habitação”, nomeadamente “no que concerne aos jovens”, não deixando de reconhecer o “grande sucesso alcançado por este programa” quer na sua aplicação, quer no seu funcionamento. R.S.A.

LICENCIADOS VÃO ESTAGIAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CINCO mil jovens vão beneficiar de estágios na Administração Pública graças ao novo programa criado pelo Governo.

Uma iniciativa destinada a licenciados até aos 35 anos que custará ao erário público, segundo a estimativa do próprio ministro das Finanças, cerca de 55 milhões de euros.

Para se poderem candidatar a este programa, os jovens terão que estar em situação de desemprego ou a exercerem uma qualquer profissão que não corresponda às suas qualificações ou ainda que essa sua actividade esteja associada a elevado nível de precariedade.

Dentro deste espírito, e de acordo com a legislação vigente, ficou também estabelecida uma quota para pessoas com deficiência.

Os estágios remunerados não deverão ter uma duração superior a um ano e constituirão, na perspectiva do Governo, “uma excelente oportunidade para reforçar a formação de recursos humanos” contribuindo, deste modo, “para a modernização dos serviços públicos”.

No final do primeiro semestre, os cinco mil jovens, nas contas do Executivo, já deverão estar “repartidos e colocados nos diferentes serviços da Administração Pública”.

Quanto às remunerações, Teixeira dos Santos disse que corresponderão a “duas vezes o indexante de apoios sociais mais subsídio de alimentação”, o que equivalerá a cerca de 900 euros mensais.

Estágio de dois mil jovens na administração local

Entretanto, o Governo aprovou também a adaptação à administração local do regime de estágios profissionais na administração pública, abrangendo anualmente dois mil jovens “desempregados, à procura de primeiro emprego ou de novo emprego”.

O “novo regime de estágios”, que foi aprovado em Conselho de Ministros, no dia 21, constitui, segundo referiu o secretário de Estado da Administração Local, José Junqueiro, a materialização do compromisso assumido pelo primeiro-ministro, José Sócrates, perante a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

“É uma oportunidade para os jovens licenciados ou que estão à procura do primeiro emprego de realizarem uma experiência profissional numa área compatível com a sua formação. Esta iniciativa é uma oportunidade de experiência profissional desses mesmos jovens, mas também de qualificação das instituições onde vão trabalhar”, disse José Junqueiro.

O secretário de Estado destacou o facto de as autarquias passarem a poder “gerir as candidaturas”, já que a experiência profissional proporcionada não se circunscreve “à área do município”, mas pode ser realizada “numa empresa, numa instituição particular de solidariedade social, numa escola ou aquilo que o município entenda que é útil para as várias instituições que estão no seu território”.

“É algo que vai permitir pela primeira vez aos municípios fazer a gestão desta oportunidade de estágios na administração local”, salientou.

A remuneração dos estágios, explicou José Junqueiro, “é idêntica à Administração Pública” e cada programa “custará para cada mil estagiários cerca de onze milhões e meio de euros”.

E adiantou que “a selecção é feita nos termos legais, a colocação no mercado é que é gerida pelos municípios em função das propostas que possam apresentar. Reunimos para debater isso com a ANMP e foi encontrada esta fórmula”.

O objectivo do Governo de desenvolver em colaboração com os municípios um programa de dois mil estágios nas câmaras municipais para jovens licenciados desempregados foi anunciado pelo primeiro-ministro no início de Dezembro na sessão de encerramento do XVIII Congresso da ANMP. R.S.A./J.C.C.B.



André Figueiredo, secretário nacional adjunto para a Organização

“Líder do PS não tem limitação de mandatos”

O PS desde 2004 até ao ano que agora se inicia “quase duplicou o número de militantes”, afirma André Figueiredo, que considera José Sócrates como um dos principais responsáveis por este facto, já que, frisa, “é um dos secretários-gerais que mais vezes reúne com as bases do partido”, sublinhando que “o PS foi o único partido que se abriu, claramente, à sociedade civil e que continua com esse objectivo”.

Podia adiantar-nos o calendário para a realização das eleições agendadas para as federações, concelhias e secções de residência e acção sectorial?

Importa aqui salientar que todas as estruturas descentralizadas que refere têm um mandato de dois anos, mandato esse que, para todas elas termina este ano de 2010. Relativamente às estruturas concelhias e às secções de residência e acção sectorial, conseguiu-se em conjunto com os presidentes das federações do PS, acertar definitivamente as datas dos actos eleitorais para Março e Abril. Este foi um passo importante para o acerto dos actos eleitorais de todas estas estruturas e para a uniformização dos seus mandatos, que do ponto de vista da organização torna-se muito relevante.

Relativamente aos actos eleitorais para as federações, estes devem realizar-se durante este ano de 2010, sendo certo que o Secretariado Nacional ainda não definiu, objectivamente, o calendário eleitoral.

Em que medida estes actos eleitorais poderão impulsionar a renovação em termos de quadros do partido e criar impulsionar uma nova dinâmica destas estruturas que vão a votos?

Como sabe no ano de 2009 o país atravessou três actos eleitorais muito distintos entre si. Os resultados eleitorais do PS, na minha opinião, foram muito positivos. Depois de quatro anos de um governo reformista, em que muitas das vezes, em prol do interesse e desenvolvimento nacional, se tomaram decisões polémicas, do ponto de vista social, o nosso partido voltou a ganhar as legislativas. Várias razões estiveram na base dessa vitória, mas uma dessas razões foi, sem dúvida, o árduo trabalho e a grande dedicação protagonizado, em todo o país, pelas estruturas concelhias e as secções do PS. E repare que os resultados das eleições autárquicas foram históricos para o nosso partido. Nunca o PS no

passado tinha conseguido ganhar tantas câmaras municipais. Ganhámos mais câmaras, obtivemos mais mandatos autárquicos em todos os órgãos autárquicos e fomos a força partidária que conseguiu mais votos dos portugueses. Isto demonstra que houve uma renovação nos mandatos autárquicos e que essa renovação, provada nas eleições, adveio de um Partido Socialista que se tem renovado ao longo destes mandatos do José Sócrates como secretário-geral. Por isso lhe digo que outros partidos políticos se devem preocupar com a renovação, alguns andam mesmo muito preocupados, pois querem fazê-la, precisam de a fazer, mas não conseguem. Isto diz muito sobre esses partidos, pois considero que se não têm capacidade para se organizar internamente, muito dificilmente têm condições para se apresentar ao eleitorado como solução para o que quer que seja.

O que está previsto fazer para aumentar a militância em alturas em que não se realizam actos eleitorais a nível local e nacional? Encontros, debates, formação política, outras iniciativas?

O Partido Socialista desde 2004 até este ano, que agora inicia, quase duplicou o seu número de militantes. Isto é um dado muito importante, pois aumenta a responsabilidade da direcção do partido na prossecução de um conjunto de políticas que estiveram na génese desta massiva adesão de militantes. Evidentemente, e isso é do conhecimento de todos nós, que José Sócrates é um dos responsáveis directos por este facto, pois é um dos secretários-gerais que mais vezes reúne com as bases do partido, que imprime grande dinâmica na actividade partidária, mas, principalmente, nunca deixou aqueles que não são militantes, uns simpatizantes activos e outros interessados no debate e na troca de ideias e de contributos, à porta, sem forma de participarem. E destaque, neste âmbito, as Novas Fronteiras, a Geração de Ideias, e

a Geração Activa que são fóruns de debate importantíssimos para o PS, mas também para o país. Só o nosso partido protagoniza este género de fóruns. Estes fóruns, por exemplo, tiveram uma importância extrema durante os últimos actos eleitorais de 2009. Veja, um deles até foi responsável pela elaboração do programa eleitoral e os outros dois foram fulcrais no contributo para imensas estratégias programáticas. Por isso, não me engano, com a devida certeza, e afirmo que o PS foi o único partido que se abriu, claramente, à sociedade civil e que continua com esse importante objectivo. Somos o único partido que valoriza o contributo dos cidadãos, mesmo que não sejam militantes e que nos colocamos à disponibilidade de, sobre diferentes temas, debater várias perspectivas. Isso tem muito valor e, claro está, acaba por ter um resultado, também muito importante, que são novas adesões ao PS

No ano que agora começou o PS tem alguma nova estratégia, no âmbito da sua organização, de forma a torná-lo mais eficaz?

Sim, claro. No último ano fomos considerados o partido mais organizado, aquele que apresentava um trabalho moderno, inovado e com ambição de melhorar em cada dia que passa. Lembro-me de alguns jornalistas e até políticos de outros partidos falarem da “extraordinária máquina partidária”.

Tudo isso foi acontecendo porque sempre olhamos para as novas tecnologias, para as novas técnicas de informação e comunicação com muito interesse.

Por exemplo, fomos o único partido político que, durante os últimos cinco anos, nos eventos que organizámos, tivemos sempre a preocupação de convidar os adeptos da blogosfera, área esta que desperta muito o nosso interesse. Fomos o único partido político que criou um site interactivo para todos aqueles que utilizam a Internet, pudessem, através dela, participar no debate de ideias e

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário nacional adjunto para a Organização desmente categoricamente que tenha feito declarações sobre a questão da limitação de mandatos a qualquer órgão de informação, nomeadamente ao “Sol” que fez um “título enganoso”. E aproveita para esclarecer que os estatutos do nosso partido “não estabelecem nenhuma limitação de mandatos ao secretário-geral”.

dar o seu precioso contributo em todos os nossos debates, fóruns e reuniões.

Um partido como o PS tem que ter uma imagem e uma comunicação que esteja à altura da sua história. Esse é um objectivo que é diário e permanente. Mas há algo muito importante que, não queremos nem podemos descurar, que é a eficaz comunicação com as estruturas do partido e com os seus militantes.

Que iniciativas estão previstas incrementar a curto prazo?

Durante este semestre queremos actualizar e reabilitar a nossa base de dados para que na sede nacional tenhamos todos os contactos correctos e actualizados dos militantes e das estruturas descentralizadas do partido, bem como todos os nomes e contactos dos nossos autarcas, desde os que presidem às câmaras municipais até aos vogais das juntas de freguesia.

Por outro lado, procuraremos intensificar as actividades (reuniões, fóruns de debate) junto das estruturas do PS com a presença dos diversos dirigentes nacionais do partido, para assim aumentarmos o debate de ideias e a explicação da estratégia deste partido que governa o nosso país.

Por outro lado, o nosso camarada José Lello tem dado passos muito importantes, relativos à reabilitação das sedes de muitas federações e concelhias, de forma a criar espaços mais modernos, atractivos e com melhores condições de trabalho, bem como apostando muito na organização financeira do partido, através de acções de formação e de competentes esclarecimentos que possam uniformizar todos os procedimentos e actos contabilísticos efectuados pelas estruturas descentralizadas do partido, para o estrito cumprimento da lei do financiamento dos partidos políticos (19/2003, de 20 de Junho), em prol, também, da boa imagem do Partido Socialista junto das instituições.

Queremos, ainda, durante este

ano, criar uma ligação, cada vez mais próxima, com todos os nossos funcionários políticos que exercem actividade nas diversas federações distritais, apostando na sua formação em determinadas áreas e na melhoria da comunicação com a sede nacional.

Em recentes declarações a um semanário, falou sobre a questão da limitação de mandatos no que respeita aos órgãos executivos do PS. Podia explicar um pouco mais essa questão?

Permita-me, em primeiro lugar, esclarecer que não fiz declarações algumas, nem ao “Sol”, nem a nenhum outro órgão de comunicação social. Aliás, tive a oportunidade, de no dia 1 de Fevereiro escrever uma carta ao director do jornal “Sol”, onde, entre outras coisas, lhe digo: “Ora como não fui contactado pelo jornal ‘Sol’, bem como nunca contactei o referido Jornal, e, ainda, tendo a certeza que não proferi quaisquer declarações, não conversei, nem troquei qualquer tipo de ideias sobre tema algum com nenhum jornalista ou outro funcionário qualquer do jornal que V. Exa. dirige, solicito que me informe como posso eu ter sido citado nas circunstâncias descritas na referida peça jornalística.

Assim, peço-lhe que na próxima edição possa desfazer este equívoco para bem do rigor e da ética jornalística, agradecendo a publicação desta minha missiva na próxima edição ao abrigo da lei de imprensa”.

Os estatutos do Partido Socialista, relativamente à limitação de mandatos, são muito claros e objectivos. O n.º9, do art.º 19, refere: “...Os membros do Partido que exerceram o cargo de membro do Secretariado Nacional, de presidente de Federação, de presidente de Concelhia ou de secretário-coordenador da Secção por quatro mandatos sucessivos, não podem candidatar-se a esse cargo na eleição seguinte...”. Ora, como se constata, não há nenhuma



referência ao órgão secretário-geral, pelo que não existe no Partido Socialista nenhuma limitação de mandatos para quem seja eleito e exerça esse cargo. O título desse jornal foi enganoso. Os estatutos não estabelecem nenhuma limitação de mandatos a José Sócrates.

Que balanço faz dos 100 dias do novo Governo que agora se assinalam?

Faço um balanço muito positivo. No contexto político actual a governação do país, durante estes 100 dias, não foi tarefa fácil. Digo isto, principalmente, porque foi notório que só o PS se preocupou em garantir a estabilidade política no país e de garantir o respeito integral pela vontade expressa dos eleitores em relação a um progra-

“Um partido como o PS tem que ter uma imagem e comunicação que esteja à altura da sua história”

ma eleitoral sufragado.

Se tivesse sido possível uma convergência, a estabilidade política tinha saído reforçada, mas parece-me que só o PS lutou por ela.

Nenhum partido quis assumir responsabilidades ou compromissos com a governação, nem nenhum dos partidos aceitou sequer dialogar sobre o assunto, quando tal acontece a governação torna-se mais difícil.

Não pode, por isso, parecer estranho que o Governo do PS tenha apresentado o Programa que é o seu, pois esse é o Programa que simboliza a vontade dos portugueses.

Que prioridades destacaria neste início de mandato?

A primeira prioridade encetada

pelo Governo do PS neste início do mandato é a de combater a crise, relançar a economia e promover o emprego.

A segunda prioridade é modernizar o país, a economia e a sociedade.

A terceira prioridade é desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades.

Sem dúvida que, olhando para a Europa e o Mundo, são estas prioridades que nos podem defender das graves consequências da crise mundial que vivemos e que a todos nos afecta.

Mas nestes 100 dias de Governo destaquei quatro medidas que conoto como emblemáticas:

O acordo entre o Ministério da Educação e as principais estruturas

sindicais para a revisão do estatuto da carreira docente e do modelo de avaliação dos professores, prosseguindo, assim, com a reforma essencial neste sector;

A iniciativa emprego 2010 que contém um pacote de 17 medidas para assegurar a manutenção e promoção do emprego, bem como incentivar a criação de emprego para os mais jovens.

A aprovação histórica do salário mínimo para 475 euros, que garante o aumento dos rendimentos daqueles que possuem rendimentos menores.

A aprovação da lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, que acabou com mais uma discriminação social que não se compreendia na actual sociedade e no mundo em que vivemos.

OPINIÃO



MIGUEL LARANJEIRO
Deputado do PS

laranjeiro@ps.parlamento.pt
www.miguellaranjeiro.com

Todos reconhecemos as dificuldades acrescidas no regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje caem na situação de desemprego

EMPREGO: O DESAFIO DA LEGISLATURA

O PARTIDO Socialista tem uma ambição para o país e uma matriz social de que se orgulha.

Ambição em contribuir para um país mais moderno, mais capaz e mais capacitado para os desafios que todos os dias se colocam. Um País que não duvida nem hesita na importância em apostar nas pessoas. Um País integrado na economia mundial, competindo em pé de igualdade com os melhores.

Mas também um partido que se orgulha da sua matriz social e que nos leva hoje a ter uma atenção particular com aqueles que têm mais dificuldade em aguentar os efeitos tumultuosos provocados pela crise da economia mundial.

E é porque defendemos o equilíbrio entre estes dois princípios – difícil e exigente – que não compreendemos aqueles que, por muito que o não digam abertamente, querem os apoios todos na economia, nas empresas, esquecendo os portugueses afectados.

Nem compreendemos outros que, ao invés, esquecem que é na economia que resolveremos grande parte dos problemas daqueles que foram atingidos pelo flagelo do desemprego. Que é criando condições para a economia e as pequenas e médias empresas desenvolverem a sua actividade e as suas potencialidades, que poderemos, de uma forma segura e firme, criar emprego.

Sabendo que os recursos são limitados, nós escolhemos o equilíbrio, aprovando apoios às micro e pequenas empresas e a sectores específicos da economia nacional, apostando na relevância do investimento público, gerador, ele próprio, de emprego. Em simultâneo, fomos capazes de aumentar as pensões mais baixas, alargar a protecção no desemprego e aumentar em 5,6%, para 2010, o Salário Mínimo Nacional, como um dos instrumentos mais poderosos para combater bolsas de pobreza entre aqueles que trabalham. Recordo ainda as medidas de prolongamento do Subsídio Social de Desemprego por mais seis meses e de alargamento do seu âmbito de aplicação e ainda a diminuição do prazo de garantia para a concessão do subsídio de desemprego de 450 para 365 dias.

Para uma situação excepcional, medidas excepcionais. É nestas alturas que se vê radicalmente a importância do Estado, nomeadamente através do conjunto de medidas aprovadas pelo Governo de apoio à manutenção do emprego, à inserção de jovens no mercado de trabalho e ao seu regresso por parte dos desempregados.

O esforço deve estar centrado no emprego e no apoio aos desempregados. E um esforço na manutenção do emprego porquê? Porque todos reconhecemos as dificuldades acrescidas no regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje caem na situação de desemprego.

É nesse sentido que vai o conjunto de medidas da Iniciativa Emprego 2010, num programa em que estarão envolvidos cerca de 760 mil portugueses, num investimento de 500 milhões de euros.

Queremos mais portugueses com emprego, queremos apoiar os jovens na difícil tarefa de início de carreira. Queremos dar um sinal às empresas que devem levar ao limite a manutenção dos postos de trabalho. Queremos dar um sinal ao país, pois é nos momentos difíceis que não devemos hesitar em colocar recursos que, sendo de todos, são essenciais para os portugueses com maiores dificuldades e precisam de chegar a quem precisa.

Estamos perante uma crise inigualável, que nos deve levar a reflectir sobre a necessidade de um amplo entendimento social, à definição do papel que cada um deve assumir e de todos, com a própria sociedade. Os países mais desenvolvidos e competitivos, foram sempre aqueles que nos momentos históricos souberam aliar os interesses individuais ou de grupo, a um objectivo colectivo mais alargado e mais longínquo.

O que está hoje em causa é saber como ultrapassamos problemas estruturais – como a educação ou a qualificação e os conciliamos com a necessidade de promover a competitividade das empresas. Como vamos reduzir progressivamente as situações de pobreza e de desigualdades salariais que subsistem no país. Como combateremos de forma firme o desemprego e qual o papel de cada um dos parceiros nesta matéria.

O combate ao desemprego é um objectivo central do Partido Socialista. O combate mais relevante e exigente desta legislatura, porque conhecemos bem as dificuldades porque passam muitos portugueses, mas também é importante que tenhamos a consciência que nenhum Governo, em qualquer parte do mundo, conseguirá resolver este problema sem a ajuda de todos os sectores – das empresas, das associações empresariais, da banca, dos trabalhadores, dos sindicatos. Os partidos da oposição não estão isentos em participar neste desafio. Com responsabilidade, com propostas concretizáveis, realizáveis no actual contexto económico e no quadro europeu.

Estamos a falar de apoios concretos às pessoas, às empresas, onde devemos aplicar sempre critérios de exigência e rigor. Nem todas as pessoas passam pelas mesmas dificuldades, nem a severidade da situação do desemprego é a mesma. Nem todos os sectores e empresas vivem o mesmo grau de risco.

Não há soluções milagrosas nem resultados imediatos. Há muito trabalho pela frente. O futuro não perdoará a quem pense apenas na sua organização, na sua estrutura, e não consiga ver um pouco mais à frente. O PS fará esse caminho de futuro.

Lello considera Cabo Verde referência para o Continente africano

AS POLÍTICAS desenvolvidas pelo PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde, lideradas pelo primeiro-ministro, José Maria das Neves, foram determinantes para que se conseguisse, em apenas dois mandatos, um desenvolvimento e uma credibilidade interna e externa “absolutamente impressionantes”, afirmou José Lello na cidade da Praia no XII Congresso daquele partido cabo-verdiano onde se deslocou, nos passados dias 29 a 31 de Janeiro juntamente com o deputado Paulo Pisco e representantes do PS/Açores e do PS/Madeira.

Dirigindo-se aos congressistas, o secretário nacional do PS para as Relações Internacionais pediu mais um voto de confiança do povo no Governo cabo-verdiano, justificando a necessidade de o país precisar de continuar a ser um “referencial de progresso e de esperança”.

Em causa está a realização, nos primeiros meses de 2011, das eleições legislativas e presidenciais, disputas que o PAICV, no poder desde 2001, não quer perder.

Na sua intervenção, bastante aplaudida, Lello destacou



o contributo que o PAICV tem dado na consolidação da democracia e no empenho pelo desenvolvimento e justiça social e pela “forma sábia como se tem associado às mais variadas organizações”, facto que para o dirigente socialista tem contribuído, de forma decisiva, para a consolidação da democracia cabo-verdiana e para que o país constitua um referencial de “estabilidade e de progresso”.

Considerando Cabo Verde um exemplo, “não só para o Continente africano mas igualmente para o resto do mundo”, José Lello destacou sobretudo a “perseverança do Governo em vencer as adversidades” e a confiança demonstrada na acção política no sentido de dar um futuro melhor a todos os cidadãos.

Congratulou-se ainda com as opções seguidas pelo Governo cabo-verdiano em matéria de política internacional, considerando-as como importantes trunfos que “muito têm ajudado no desenvolvimento do país”.

A este propósito o dirigente socialista lembrou os ganhos já alcançados com as parcerias especiais, quer com a União Europeia, quer com a Aliança Atlântica, e ainda com a sua adesão à Organização Mundial do Comércio.

O chefe da delegação socialista ao Congresso do PAICV salientou, por fim, a notável modernização verificada no arquipélago, designadamente ao nível das infra-estruturas aeroportuárias, realçando que o dinamismo da economia e as apostas em sectores-chave, como seja nas áreas da educação, das novas tecnologias e das energias renováveis, constituem os passos decisivos para que o país reforce o seu prestígio político a nível internacional.

O PAICV “é a grande referência democrática cabo-verdiana e um pólo de estabilidade e de progresso”, afirmou ainda o secretário para as relações Internacionais do PS. **R.S.A.**

Amado confiante na estratégia da missão no Afeganistão

“HÁ um ambiente de confiança em relação à possibilidade de alterar as condições em que a missão das forças internacionais no Afeganistão tem vindo a trabalhar, o ambiente e estratégia em que essas forças actuam”, afirmou no dia 28 o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, que participou na Conferência, em Londres, sobre o Afeganistão, onde chamou a atenção dos restantes dirigentes internacionais para a importância de uma estratégia de comunicação.

Amado referiu que “é difícil justificar à opinião pública portuguesa, assim como à opinião pública de qualquer Estado que participa nesta missão, designadamente europeu, que se joga no Afeganistão um papel importante para a estabilidade e para a defesa do território”.

Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, “o Governo afegão pensa assumir responsabilidades significativas ao nível da segurança no espaço de dois, três anos”, o que, frisou, “significa que tem de haver um grande esforço de preparação de mais forças afe-



gãs nos próximos dois anos”.

Quanto a um calendário para a retirada das tropas internacionais, Luís Amado defende que seja “ajustado às responsabilidades e objectivos desta missão”.

Portugal mantém actualmente no Afeganistão duas equipas de treino e enquadramento de unidades do Exército afegão, uma equipa médica e três elementos no Quartel-General da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF), num total de uma centena de militares.

Com a ida para o Afeganistão de mais uma unidade de combate, a presença militar

portuguesa elevar-se-á a mais de 250 homens.

Luís Amado considera que este é já um “esforço significativo”, e que é “ajustado à nossa situação”.

“Não pensamos neste momento que possamos participar com mais forças militares”, sublinhou o chefe da diplomacia portuguesa, admitindo, no entanto, que Portugal possa fazer mais na vertente civil.

O governante defendeu um papel importante para a União Europeia no Afeganistão, mas também para os países muçulmanos.

“Isto iria reforçar a força das nossas acções no terreno, ao mesmo tempo que aumentaria a credibilidade e legitimidade da missão da ISAF”, disse.

A Conferência sobre o Afeganistão, em que participaram representantes de cerca de 60 países, abordou temas relacionados com a segurança, a governação e o desenvolvimento da sociedade civil e o envolvimento dos países da região e da comunidade internacional na reconstrução do país.

Políticas não discriminatórias mudam mentalidades

J. C. CASTELO BRANCO

A IDEIA de que o PS e o seu Governo são os campeões da luta contra a discriminação a vários níveis, através das iniciativas legislativas que têm levado a cabo e que são fundamentais para mudar mentalidades e eliminar preconceitos, foi o traço comum das intervenções de Miguel Vale de Almeida, Edite Estrela, Maria Manuela Augusto e Jesuína Ribeiro na iniciativa promovida pelo Departamento da FAUL das Mulheres Socialistas, que reuniu, no sábado passado, na sede nacional, largas dezenas de militantes para um debate sobre “Políticas de Não Discriminação”.

O deputado independente eleito pelo PS e antropólogo Miguel Vale de Almeida sublinhou que “a discriminação como fenómeno estrutural é o reconhecimento de que a sociedade se tem baseado ao longos dos anos em diversas formas de discriminação para se perpetuar”, acrescentando que, por isso, são precisas políticas abrangentes de luta contra a discriminação de desigualdade de género, laboral e sexual.

“Apostar em reformas concretas de políticas antidiscriminatórias como têm feito os governos do PS são condição sine qua non para mudar mentalidades e eliminar preconceitos”, disse.

Este destacado defensor dos direitos dos homossexuais, lésbicas e transsexuais frisou, a propósito, que a luta contra a desigualdade de género “foi onde se avançou mais, foi uma mudança radical”, lembrando que “a



desigualdade entre homens e mulheres há 30 anos é totalmente diferente da que hoje ainda subsiste”.

E defendeu que um avanço civilizacional no sentido de “tornar normal que em qualquer legislação e instituição deve estar contido o princípio basilar da não discriminação”.

Por sua vez, a deputada socialista Celeste Correia sustentou que “o combate contra as várias formas de discriminação deve ser feito nas práticas sociais quotidianas”, o que exige, na sua opinião, “uma educação para a cidadania e pela formação e educação cívica”.

Depois de lembrar que as migrações “fazem parte da história da

humanidade”, sublinhou o facto de hoje em dia cerca de “200 milhões de pessoas vivem fora do local onde nasceram”. Por outro lado, considerou também que “a globalização criou 53 milhões de novos pobres e trouxe o medo de invasões migratórias, o medo do desemprego dos nacionais perante os imigrantes, e fez aumentar os fenómenos de xenofobia”, assistindo-se, nas suas palavras, “à banalização do mal” Celeste Correia defendeu ainda que “para os socialistas a imigração não é ameaça, a ameaça é a pobreza”.

Neste contexto, recordou as “leis fundamentais” aprovadas pelo Governo do PS contra a discriminação racial, como a lei da imigração e a

da nacionalidade.

Já Edite Estrela, presidente da delegação socialista no Parlamento Europeu e membro do Secretariado Nacional do PS, referiu que “qualquer pessoa de bem acha que a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo é preconceito”, defendendo que “temos de continuar a combater todo o tipo de discriminação”.

Edite Estrela realçou que os governos de Sócrates fizeram “reformas importantíssimas” na área da igualdade de género, como as leis da paridade, nacionalidade, imigração, IGV, divórcio e casamento gay.

“O Governo tem uma linha de orientação progressista e de moder-

nização da sociedade”, frisou.

A eurodeputada pôs em evidência a circunstância de o Tratado de Lisboa reforçar os direitos de cidadania e combater de forma “mais visível as desigualdades e discriminações”.

Nesta sessão interveio ainda a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas e deputada, Manuela Augusto, que referiu que “o combate a todos os preconceitos e formas de discriminação é uma luta prioritária, onde o PS pede meças neste domínio”, já que, lembrou, “passámos à prática uma vasta legislação que vai mudar mentalidades e preconceitos”.

A presidente do Departamento das Mulheres Socialistas da FAUL, Jesuína Ribeiro, na abertura do debate, sublinhou que “as políticas de promoção da igualdade e de não discriminação ganharam, nos últimos anos, um forte impulso, fazendo, hoje, parte da agenda nacional”, adiantando que “a igualdade de género que se pretende construir é exemplo disso mesmo, opondo-se à desigualdade e não à diferença entre os sexos”.

Jesuína Ribeiro salientou que “o combate a todas as formas de discriminação é, claramente, uma prioridade deste mandato”, acrescentando que em linhas gerais “a nossa linha de acção desenvolver-se-á através de legislação contra as discriminações formais que ainda persistem, com medidas positivas e com acções de mudança de mentalidades e valores, tendo em vista a eliminação de estereótipos”.

Câmara de Évora aprova plano e orçamento de rigor e ambição

O PLANO e o orçamento da Câmara de Évora para este ano, de “rigor e ambição”, foi aprovado no dia 29, ascendendo a 81 milhões de euros.

Os documentos foram aprovados devido ao voto de qualidade do presidente da autarquia, já que os três vereadores do PS votaram a favor e os três vereadores da CDU contra, tendo o único eleito do PSD optado pela abstenção.

O presidente da autarquia, o socialista José Ernesto Oliveira, congratulou-se com a aprovação do plano de actividades e orçamento para este ano, caracterizando-o como “rigoroso e ambicioso”.

“É de rigor”, porque, disse, “a situação financeira que os municípios em geral passam obriga a que a gestão da coisa pública seja feita com muita atenção, pragmatismo e com uma definição clara das prioridades e dos objectivos”.

Por outro lado, acrescentou, “é de ambição porque, apesar da situação



difícil, é preciso não abrandar o nível de investimento e a dotação de infraestruturas necessárias”.

José Ernesto Oliveira frisou que

o plano e o orçamento da autarquia receberam contributos do vereador do PSD, entre os quais a instalação de um balcão único municipal e a criação de um portal ambiental na Internet.

Adiantando que os eleitos da CDU não apresentaram “qualquer proposta de alteração orçamental”, o autarca do PS considerou que, “numa situação em que se exige o esforço e envolvimento de todos, a CDU, como sempre, pôs-se à margem de qualquer função”.

“numa situação em que se exige o esforço e envolvimento de todos, a CDU, como sempre, pôs-se à margem de qualquer função”.

PULIDO VALENTE PRESIDE À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO ALENT



O CAMARADA Jorge Pulido Valente, presidente da Câmara de Beja, foi recentemente eleito o primeiro presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (Cimbal).

A Cimbal, constituída no dia 1 de Outubro do ano passado, é composta por 13 dos 14 municípios distrito de Beja.

Uma vez que integra a Comunidade Intermunicipal do Litoral Alentejano, o concelho de Odemira não é representado nesta estrutura.

A reunião para eleger pela primeira vez o presidente e os dois vice-presidentes do Conselho Executivo da Cimbal, “correu bem, foi rápida e pacífica”, disse aos jornalistas Jorge Pulido Valente, frisando que “todas as forças políticas” com eleitos nas presidências dos municípios associados “estão devidamente representadas”.

Explicou depois que foi eleito presidente do Conselho Executivo da Cimbal numa “lógica de partilha de recursos” com a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), cujo Conselho Directivo também preside desde o passado dia 27 de Novembro.

Por outro lado, acrescentou Pulido Valente, a presidência do Conselho Executivo da Cimbal “será rotativa, de dois em dois anos, para permitir a participação de todos os partidos” com eleitos nas presidências dos municípios associados “no cargo mais significativo”. M.A.

OPINIÃO


HORÁCIO ANTUNES
Deputado do PS

O Governo, este Governo, finalmente veio fazer justiça a Coimbra, dotando-a de uma rede viária que, finalmente, nos equipara a outras regiões do nosso país

GOVERNO FAZ JUSTIÇA A COIMBRÁ

ASSISTI, no passado dia 3 de Janeiro, ao lançamento da Concessão do Pinhal do Interior, que engloba a ligação do IC8 entre Pombal e Vila Velha de Ródão com a rectificação e ou a construção de novos troços numa extensão de 121 km. e o IC3, ligando Tomar a Coimbra, com um novo traçado de 118 km.

Mais de 415 mil habitantes vão beneficiar com estas estradas que representam, ainda, uma redução da sinistralidade na ordem dos 40% e uma redução de cerca de 22 concelhos, criando, também, mais 4400 postos de trabalho.

Estão ainda incluídas requalificações de estradas entre Ferreira do Zêzere – Sertã; Vila de Rei – Sertã; Castanheira de Pêra – Penela; e novas construções Lousã – Góis – Arganil – Tábua; Sertã – Oleiros; Proença-a-Nova – Vila Velha de Ródão, vias muito importantes para as populações locais.

Mas, claramente, a grande construção para o interior do distrito de Leiria e do distrito de Coimbra é, sem dúvida, a ligação Tomar – Coimbra, beneficiando muito as ligações de Miranda do Corvo e Lousã a Coimbra e, sem dúvida, também, ao IC6, a Tábua e Oliveira do Hospital.

É uma significativa melhoria para o Distrito de Coimbra e o seu interior.

Saliento, ainda, que o IC3 virá trazer uma nova ligação a Santa Clara, à Estrada da Beira (EN17) e contornará Coimbra até ao IP3, significando uma grande melhoria nos acessos a Coimbra.

Esta nova ligação a Coimbra, complementada com o novo traçado do IC2, fará com que deixem de passar por dentro de Coimbra muitos milhares de veículos diariamente.

O Governo, este Governo, finalmente veio fazer justiça a Coimbra, dotando-a de uma rede viária que, finalmente, nos equipara a outras regiões do nosso país.

Em 2005, o Plano Rodoviário Nacional estava apenas a 40% de execução e em 2010 passará a 66%.

É, pois, o momento de vermos as obras avançar sem obstruções. Foram muitos os anos perdidos esperando por novas vias que nos ligassem mais rapidamente a Lisboa ou ao interior do país.

Quem hoje sai do interior do distrito e escolhe o itinerário mais curto, Lousã, Miranda, Espinhal e segue por Chão de Couce, Cabaços, para Tomar, sabe bem que encontra uma via muito difícil, passando por dentro de todas as povoações até chegar a Tomar, onde já percorre o troço do IC3 até atingir a A23 e, posteriormente, a A1 para finalmente chegar a Lisboa.

Saberão todos que da Lousã a Lisboa pouparão, ida e volta, 48 km. e 14 euros de portagem?

Saberão que toda a Beira até Celorico poderá utilizar futuramente o IC6, a EN342, o IC3, a A23 e a A1, poupando kms., tempo e portagens?

É por isso que reafirmo que a Concessão do Pinhal Interior é, sem dúvida, um benefício enorme para as populações de 22 concelhos, cerca de 415 mil habitantes que passarão a ter melhores rodovias, mais segurança, menor sinistralidade, mais comodidade, mais alternativas e trajectos de menor duração.

É, sem dúvida, uma significativa melhoria para todos nós portugueses.

Jacinto Serrão quer inverter ciclo político na Madeira

Um entendimento entre o Governo da República e o da Região Autónoma da Madeira é imperativo para um “bom desfecho” nas negociações sobre a revisão da Lei das Finanças Regionais, defendeu Jacinto Serrão na sessão de encerramento do XVI Congresso Regional do PS-Madeira.

NA REUNIÃO magna que o consagrou de novo presidente do PS-Madeira, tarefa que disse esperar cumprir de modo a que o partido saia vencedor nas eleições legislativas regionais de 2011, Serrão referiu-se à necessidade de se pôr termo a “alguns comportamentos que inviabilizam um desfecho positivo em torno deste problema”.

Segundo sublinhou, “o interesse da Madeira e dos madeirenses não se compadece com a irresponsabilidade e com os insultos permanentes do Governo Regional ao Executivo da República, mas também não se compadece com algumas teimosias do ministro das Finanças”.

Depois, centrando o discurso no PS-M, Jacinto Serrão disse querer um partido “aberto aos militantes, à sociedade e ao serviço da autonomia e da Região”.

Lembrou então que Portugal é “um país com duas regiões autónomas e cada uma delas tem as suas especificidades próprias e devem ser respeitadas pelo Estado e entre elas”.

Adiantou também que tinha pedido ao presidente do partido, camarada Almeida Santos, presente no Congresso, que transmitisse ao PS a nível nacional os votos para um bom relacionamento insti-

tucional com o partido e com toda a estrutura a nível nacional na base da matriz de valores e princípios que a unem.

Serrão recordou de seguida que o PS-M “tem autonomia e vai afirmar o seu caminho e as suas políticas na defesa do superior interesse da Região, independentemente das estratégias de natureza política que o PS, a nível nacional, vá tomando”.

Sobre a obra de Alberto João Jardim, o presidente do PS-M precisou que “nem tudo o que reluz é ouro” e que durante as três décadas de governação laranja “há falhanços clamorosos”.

Jacinto Serrão anunciou que o PS-M vai elaborar um novo programa de governo a apresentar ao eleitorado que terá como “centralidade” as pessoas e o combate à pobreza, exclusão social, o apoio aos jovens, o combate ao desemprego, a aposta na Educação, um sistema de Saúde mais eficiente e mais barato e uma economia moderna baseada na formação, inovação e nas novas tecnologias e na redução dos custos de comunicação e dos transportes marítimos e aéreos.

Direito a discordar

Antes, o presidente honrário do PS, Almeida Santos,



“não vai ser sempre assim”.

Almeida Santos apelou ainda à unidade do partido lembrando que “há um tempo para divergir e um tempo para convergir”.

À entrada para o congresso e ao ser confrontado com o processo em curso de revisão da Lei de Finanças Regio-

numa declaração na sessão de encerramento do XVI Congresso Regional do PS-M, afirmara não concordar com a maneira como Alberto João Jardim faz política, reconhecendo-lhe, porém, seriedade económica e obra positiva a nível das infra-estruturas urbanísticas, rodoviárias e turísticas.

“Isso não quer dizer que nós não tenhamos o direito à discordância noutros aspectos e é essa discordância, que sempre tive e terei, que o PS deve explorar, inclusive reconhecendo os aspectos positivos da obra dos governos que até agora mandaram na Madeira”, explicou, acrescentando que “reconhecer o que é positivo e condenar o que é negativo porque se reconhecermos o que é positivo seremos mais acreditados quando condenamos aquilo que é negativo”.

O presidente do PS disse, no entanto, ter a esperança de que esteja próximo um virar de página político na Madeira.

Reconheceu que ser dirigente do PS na Região era uma luta “um pouco inglória”, para de imediato acrescentar que

Almeida Santos lembrou que o país atravessa uma “grave crise” e que seria “uma irresponsabilidade aumentar despesas numa situação de crise”.

Por sua vez, o candidato derrotado nas directas do PS-M, Vítor Freitas, afirmou que o novo líder, Jacinto Serrão, tem de inverter o “ciclo negativo no partido” no arquipélago madeirense.

Agora que a eleição do presidente está resolvida, é preciso olhar para o futuro, “sem esquecer quem trouxe o partido para esta situação, agora caiu-lhe nos braços a responsabilidade de tirá-lo. Espero que tenha condições que consiga fazê-lo”, frisou Vítor Freitas.

No Congresso dos socialistas madeirenses, além da discussão sobre a política para os próximos anos, foram eleitos como presidente da Comissão Política Regional, Bernardo Trindade, como presidente da Comissão Regional de Jurisdição, Gregório Gouveia, e como presidente da Comissão Regional de Fiscalização Económica e Financeira, Américo Pereira.

PS/Açores reelege Carlos César

CARLOS César foi reeleito presidente do PS/Açores para mais um mandato de dois anos, nas eleições directas que decorreram entre a passada sexta-feira, dia 29 de Janeiro, até domingo, tendo conquistado 99,3% dos votos.

Os dados oficiais indicam que nas 45 secções do PS açoriano existentes nas nove ilhas do arquipélago, em apenas cinco se registaram três votos contra e cinco brancos.

À frente do Governo Regional dos Açores desde Outubro de 1994, eleito na altura com 92% dos votos,



César defendeu, depois de conhecidos os resultados, que “se afigura indispensável uma efectiva renovação das listas no próximo Congresso”

Recordou, a este propósito, que a próxima reunião magna dos socialistas açorianos na ilha Terceira, “não servirá nem para ver o calendário passar, nem tão pouco para brincadeiras”.

Carlos César exaltou, por isso, os militantes socialistas a serem corajosos para não permitir que os que ocupam lugares públicos se “deixem dominar pela inércia e julguem que estão nesses cargos para o resto da vida”.

Estas eleições internas serviram também para os militantes socialistas ele-

gerem os 207 delegados ao próximo Congresso do partido e órgãos directivos dos 45 secretariados de Secção e respectivos representantes nas comissões de ilha.

Congresso em Abril

Entretanto, o XIV Congresso do PS/Açores, que estava marcado para finais de Fevereiro, por “razões de logística e organização”, foi no dia 4 anunciado em nota de Imprensa que a reunião magna dos socialistas açorianos vai ter lugar de 16 a 18 de Abril, mantendo-se a sua realização na ilha Terceira. **R.S.A.**

Sócrates garante que nunca houve tanta transparência nas contas públicas

O Governo não reconhece “autoridade moral” à actual liderança do PSD para criticar ou dar lições de transparência nas finanças públicas, até porque “nunca houve tanta transparência, verdade e credibilidade” nas contas nacionais como agora, clarificou o primeiro-ministro no debate quinzenal da Assembleia da República.



“ESTE Governo orgulha-se de, durante quatro anos consecutivos, nunca o Eurostat ter posto em causa o reporte que fizemos”, sublinhou José Sócrates, defendendo a “mudança estrutural e substancial” feita pelo Governo no reporte das contas públicas a Bruxelas – emanados agora de “uma mesa técnica onde se senta o Banco de Portugal, o INE e a DGO” –, em contraponto com o sucedido no tempo em que Manuela Ferreira Leite era responsável pela pasta das Finanças.

“Enquanto ministra das Finanças durante três anos não fez nada mais do que esconder a situação orçamental de todo o mundo, recorrendo às manigâncias das receitas extraordinárias, isto realmente é querer esconder e esquecer todo o passado político das contas públicas em Portugal”, afirmou Sócrates, acrescentando que “quem quer esconder é quem recorre à titularização de dívidas ao Estado para efeitos de redução de forma maquilhada do défice orçamental”.

De resto, José Sócrates refutou categoricamente a acusação feita pela líder do PSD, para quem o Governo em Outubro do ano passado, em vésperas de eleições legislativas, pretendia “esconder dos portugueses a verdadeira situação do país”.

“Esconder deliberadamente significa mentir ao país e eu reafirmo que isso não é verdade. Não houve nenhum país que acertasse nas suas estimativas de défice e os défices verificados são todos superiores aos que foram estimados e em Outubro”, lembrou, sublinhando de seguida que “a informação que o Ministério das Finanças tinha conduziu ao resultado anunciado, mas que agora, em Janeiro, o resultado das contas é outro.

E acrescentou: “O que muito me espanta e admira é que a senhora deputada que enquanto ministra das Finanças não hesitou em recorrer à titularização de dívidas ao Estado nem nenhuma das medidas extraordinárias para disfarçar o défice venha aqui agora falar em transparência das contas públicas”.

“A senhora deputada desculpe,

mas não tem nenhuma autoridade moral para falar em transparência das contas públicas quando durante três anos seguidos não fez outra coisa do que tentar convencer os mercados e Bruxelas que tínhamos um défice abaixo de três por cento que estava apenas disfarçado com medidas extraordinárias para compor esse défice”, rematou.

A comparação entre a situação actual das contas públicas e a de 2005 perpassou toda a intervenção de José Sócrates, para quem o défice orçamental de há cinco anos – de 6,83%, “que era o maior e único acima de três por cento” na União Europeia – traduzia “um descontrolo nas contas públicas que nada justificava e nada explicava”, representando um “défice irresponsável”.

“Este défice de 9,3% nasce para responder à situação de crise, nasce para responder à pior crise dos últimos 80 anos, está em linha com aquilo que estão os défices dos países desenvolvidos. O défice de 2005 correspondia apenas a um descontrolo nas contas públicas que nada justificava e nada explicava”, enfatizou.

A mesma ideia foi sublinhada antes pelo líder da bancada do PS, Francisco Assis, para quem o Orçamento do Estado para 2010 responde à “necessidade imperiosa de tendência da subida do défice”, promove o “relançamento da actividade económica”.

Também durante o debate quinzenal no Parlamento, o primeiro-ministro disse ter recusado as propostas do CDS-PP para aumentar pensões e reduzir impostos nas negociações prévias sobre o Orçamento do Estado porque representavam “mais despesa e menos receita” e dariam sinais errados aos mercados.

José Sócrates frisou que não chegou a acordo com o CDS-PP nas negociações prévias do Orçamento do Estado por causa da exigência dos centristas em reduzir 50% o Pagamento Especial por Conta e aumentar as pensões mínimas.

“Isto significa menos receita

e mais despesa no resto. Foi isto que nos afastou, pronto”, disse Sócrates.

Durante o debate quinzenal na Assembleia da República, o líder do PCP, Jerónimo de Sousa, apelou a José Sócrates para que ouça os protestos dos enfermeiros e saia da postura “arrogante e distante”, que disse ser usual no primeiro-ministro.

Sócrates garantiu que o Governo estava a aguardar pelo fim dos protestos dos enfermeiros para regressar “rapidamente à mesa negocial”, apelando ao bom-senso da classe, e criticou que “haja partidos sempre disponíveis para aproveitar todas as lutas corporativas”.

Sobre o congelamento dos salários da Função Pública, José Sócrates lembrou que este sector teve aumentos reais de 3,7% no ano passado, e que, por isso, este ano os trabalhadores “compreenderão que em 2009 e 2010, o aumento real andará à volta dos 2,9, 3%.

De seguida, criticou o PCP por nunca ter votado a favor ou com abstenção qualquer Orçamento de Estado em 30 anos.

“Nunca houve um orçamento bom? Querem convencer os portugueses que a posição do PC de ter estado sempre contra é uma posição razoável e credível? Achar que a única possibilidade de estar de acordo com um orçamento foi no tempo do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves?”, perguntou José Sócrates, que acusou ainda os comunistas de elegerem sempre o PS como inimigo, quando está no Governo.

Também à esquerda o líder do BE acusou o Governo de “manigâncias”, de reduzir os salários, as pensões e o investimento público, sem fazer pagar impostos aos que ganham na bolsa.

Perante a investida de Louçã, o primeiro-ministro não deixou de assinalar o que considerou ser “sinal de um certo ciúme por achar que tivemos sucesso na negociação”.

Depois, rematou: “Vamos taxar essas mais-valias nesta legislatura, mas é um erro fazê-lo neste momento”.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

O PIDDAC regionalizado deixou de ser há muito tempo esse elemento de referência. Serve as oposições no combate político. E dificulta um trabalho politicamente sério nas regiões

INVESTIMENTO NAS REGIÕES: TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE

NEGOCIAR dá trabalho, mas compensa. O Orçamento de Estado vai ser aprovado. O Governo demonstrou capacidade negocial, determinação nos objectivos e solidez na estratégia. E entre os partidos da oposição? Sempre há os que querem negociar e os que querem protestar.

O resultado poderia ter sido diferente? Talvez não. Poderia o CDS ter votado a favor? Não me parece que Paulo Portas seja “o compagion de route de Sócrates”. E ficaria a ideia de todas as cedências por parte do Governo. Poderíamos ter vivido apenas com a abstenção do PSD? Nesse caso aparecia Manuela Ferreira Leite “salvadora da pátria”. O resultado a que se chegou era o mais provável. E, já agora, o mais desejável. Num jogo de cartas marcadas, em que nada ficou fechado.

O país precisa de um acordo de médio prazo. Ter mostrado abertura para esse acordo, com base no Pacto de Estabilidade e Crescimento, foi uma atitude de inteligência política por parte do Governo. Vamos ver se o exercício de responsabilidade da oposição é mesmo para levar a sério.

Estamos num jogo dos grandes. Mas a política dos resultados obriga a olhar para pormenores. Esmiuçando o Orçamento de Estado, esbarro no PIDDAC. E perscruto o investimento nas regiões. Exercício impossível. O PIDDAC regionalizado representa cada vez menos o investimento a ser feito e, portanto, é quase inútil. Baralha e confunde. E serve para todas as leituras possíveis e imaginárias.

O PIDDAC é o retrato de uma acção mais centralizada do Estado, já que prevalecem os programas nacionais de investimento. Sabemos que no Orçamento de Estado e fora dele há muita engenharia financeira, que precisa ser compreensível e transparente.

Vejamos o caso do Algarve. O PIDDAC regionalizado são 52 milhões de euros. Mas estão previstos muito mais de 150 milhões de euros de investimento do Estado para 2010. No Programa do Parque Escolar, para a intervenção em escolas do Ensino Secundário, ou no Plano Tecnológico, que estão no PIDDAC nacional. Nas obras no PARES e POPH para cresces, lares e apoio à deficiência, cujas verbas vêm do jogo. No Programa Polis, em que as verbas já estão afectas à empresa pública. Além das grandes obras na EN125, no aeroporto de Faro ou no Hospital Central do Algarve, que não estão no orçamento. Isto é, se tudo correr bem, o PIDDAC regional representa menos de 1/3 do total de investimento na região. Não basta dizer. É preciso demonstrar.

As regiões têm necessidade de conhecer exactamente o que vai ser investido em cada uma delas. Sabendo que o investimento é dinâmico, depende do ritmo dos projectos e das obras, é preciso haver um instrumento de referência credível, que possa servir para monitorar o que verdadeiramente se passa em cada região.

O PIDDAC regionalizado deixou de ser há muito tempo esse elemento de referência. Serve as oposições no combate político. E dificulta um trabalho politicamente sério nas regiões.

Defendo, em nome da transparência e da credibilidade, que deve haver um novo modelo de apresentação do investimento regional, com um documento síntese, que responsabilize o Estado, e que deve ser coordenado pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Conselho de Ministros Extraordinário

Relançamento da economia e apoio ao emprego marcaram primeiros 100 dias de Governo

Com os olhos postos no futuro, em particular na estratégia de combate à crise, e destinado a fazer um balanço dos primeiros 100 dias de Governo, realizou-se com um Conselho de Ministros Extraordinário, presidido por José Sócrates, no Centro Cultural de Belém, no dia 1, a que se seguiu um encontro com personalidades de várias áreas da sociedade, que representam um país dinâmico e ajudam a apontar linhas políticas do futuro.

EM conferência de Imprensa no final do Conselho de Ministros, em que foi aprovada uma conta-poupança de 200 euros para recém-nascidos (ver caixa), o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, referiu que nos primeiros 100 dias, o Executivo socialista “teve sucesso nos dois desafios políticos principais: obteve acordo com os professores na educação e encontrou condições para viabilizar o Orçamento do Estado para 2010”, adiantando que no início deste novo mandato o relançamento da economia e o apoio ao emprego foram as principais prioridades.

Por isso, adiantou, “aprovou-se a iniciativa Emprego 2010, criou-se um novo fundo para a internacionalização das pequenas e médias empresas e manteve-se o investimento modernizador nos hospitais, escolas, energias e infra-estruturas”.

Na área social, Pedro Silva Pereira afirmou que nos seus primeiros 100 dias, o Governo “aprovou o salário mínimo para 475 euros, alargou as condições de acesso ao subsídio de desemprego, aumentou extraordinariamente o valor das pensões mais baixas, assim como alargou as condições de acesso ao arrendamento jovem”.

Segundo o ministro da Presidência, “Estes 100 dias foram certamente diferentes, porque os tempos são sempre outros e o quadro político é diferente, mas o Governo esteve muito activo no cumprimento do seu programa”.

Por outro lado, Pedro Silva Pereira adiantou que “nos próximos cem dias, o Governo tem três dossiês imediatos: a Lei das Finanças Regionais, a concretização da aprovação em votação final global do Orçamento do Estado para 2010 e o Programa de Estabilidade e Crescimento”.

O ministro da Presidência referiu que “na Lei das Finanças Regionais o que está em jogo é muito importante

para a governação”, enquanto no Orçamento do Estado “ainda é necessário percorrer um caminho com discussões na generalidade, especialidade e depois a votação final global”.

“Apesar do diálogo político anterior, o Orçamento ainda tem um percurso” na Assembleia da República, frisou.

Em relação ao PEC, Pedro Silva Pereira disse que o Governo tenciona apresentá-lo “ainda durante a discussão do Orçamento do Estado para 2010”.

“Quanto ao mais, haverá prioridade total ao combate à crise para o relançamento da economia e apoio ao emprego. Isso significa que a linha de investimento e de apoio às empresas vai ser dominante nos próximos cem dias e certamente nos tempos mais próximos”, acrescentou.

Investimento modernizador e estruturante

Pedro Silva Pereira reiterou que “só pode acontecer crescimento se as empresas investirem, mas o Governo sabe que o clima ainda não é totalmente favorável para que isso possa acontecer com a dimensão necessária”.

Neste contexto, considerou que “o Estado tem de antecipar investimento modernizador para que neste momento de dificuldade a economia possa ter um desenvolvimento positivo”.



O ministro da Presidência assegurou ainda que o Governo manterá todas as projectadas linhas de TGV, defendendo que estes investimentos têm de ser analisados com base numa perspectiva estruturante de custo-benefício.

Questionado sobre um estudo da Universidade do Minho que levanta dúvidas sobre os custos financeiros das linhas de alta velocidade ferroviária em Portugal, excepção feita à linha entre Lisboa e Madrid, Pedro Silva Pereira disse o documento “não estabelece qualquer diferença entre boas e más linhas” de TGV e referiu que, “numa primeira fase, todos os investimentos implicam endividamento para que a obra se realize”.

E sustentou que “os estudos têm assinalado que esses investimentos têm um retorno a prazo para a economia, porque promovem a competitividade da economia portuguesa, que é periférica. Não podemos confundir lógicas de curto prazo com análises estruturais”.

É que, explicou, “Portugal está numa fase em que precisa de fazer escolhas estruturantes e precisa de se modernizar. O Governo não responde aos problemas do país fechando os braços ou tendo medo do futuro”, acrescentando que o Executivo age “com responsabilidade e por isso faz

os estudos necessários para sustentar esses investimentos”.

Sócrates reuniu-se com mulheres e jovens

As celebrações dos 100 dias de Governação ficaram também marcadas por encontros de José Sócrates com mulheres e jovens.

No almoço que decorreu na residência oficial do primeiro-ministro, no qual participaram várias mulheres representativas das mais variadas classes profissionais, bem como as ministras Helena André (Trabalho), Isabel Alçada (Educação), Ana Jorge (Saúde), Gabriela Canavilhas (Cultura) e Dulce Pássaro (Ambiente), e ainda as secretárias de Estado Elza Pais, Dalila Araújo, Fernanda Carmo e Idália Moniz, Sócrates declarou que o objectivo da igualdade entre homens e mulheres é “uma batalha nunca terminada” e um “caminho sem fim”, designadamente ao nível da compatibilização entre vida familiar e profissional e igualdade salarial.

Para o primeiro-ministro, importa pois “garantir uma rede de creches, que permita às jovens famílias terem os filhos pretendem e não apenas aqueles que a vida profissional lhes permita”.

É também necessário, continuou,

“vigiarmos permanentemente as diferenças salariais entre homens e mulheres”.

“Mas a verdade é que Portugal já fez um longo caminho desde o 25 de Abril de 1974”, disse, manifestando satisfação pelos progressos realizados em Portugal no domínio da igualdade e vincando que “o papel da mulher na sociedade portuguesa é actualmente um dos nossos elementos de maior modernidade”.

No almoço estiveram presentes a atleta Naide Gomes, a presidente da EDP Renováveis, Ana Maria Fernandes, a relatora das Nações Unidas Catarina Albuquerque e a empresária Catarina Portas.

No grupo estavam ainda a diretora-geral da Microsoft, Cláudia Goya, a melhor aluna nacional de 2009, Diana Baptista, a advogada Fernanda Matoso, a designer Guta Moura Guedes, a atriz Maria Rueff, a investigadora Raquel Seruca, a cantora Teresa Salgueiro, a presidente executiva da Edifer, Vera Pinto Coelho, e a produtora do Rock in Rio, a brasileira Roberta Medina.

Mais tarde, no Pavilhão Atlântico, José Sócrates participou num debate com largas dezenas de jovens das mais diversas áreas, como tecnologias de informação, ciência, cultura, desporto e agricultura, entre outras.

Durante a sessão, uma das poucas queixas partiu de um jovem escritor, que lamentou os mecanismos de protecção social aplicados aos artistas, o que levou Sócrates a responder que a deputada socialista independente Inês Medeiros, também vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, está já a preparar um projecto de lei sobre esse tema.

Um jovem produtor vinícola queixou-se por sua vez das dificuldades da agricultura em Portugal em termos de competitividade e internacionalização.

Na resposta, José Sócrates admitiu atrasos na aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder), ressaltando porém que ao longo dos últimos meses “foram corrigidos muitas das deficiências”.

“A informação que tenho é que há hoje muito maior rapidez na aprovação dos projectos e, portanto, na ajuda ao desenvolvimento e no estabelecimento de novas unidades agrícolas”, concluiu. J.C.C.B./M.R.

CONTA-POUPANÇA PARA RECÉM-NASCIDOS

CRIAR hábitos de poupança, incentivar a conclusão da escolaridade obrigatória e dar mais oportunidades aos jovens são os objectivos centrais da conta-poupança para recém-nascidos, uma medida emblemática, aprovada em Conselho de Ministros que assinalou os 100 dias de governação.

Segundo explicou aos jornalistas o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, João Tiago Silveira, “esta conta é aberta com o nascimento

do jovem” e “inicialmente o Estado vai depositar 200 euros e depois os pais podem depositar o que entenderem nesta conta, mensalmente, até aos 18 anos de vida dos jovens”.

Refira-se que esta conta, que abrangerá um universo estimado de 100 mil bebés que nascem anualmente no nosso país, funcionará como um depósito a prazo e será premiada com uma taxa de juro semelhante à das actuais contas-poupança jovem.